
O GALEGO-PORTUGUÊS, MATRIZ DO MUNDO LINGÜÍSTICO LUSO-BRASILEIRO*

GALICIAN AS THE SOURCE OF THE LUSO-BRAZILIAN LINGUISTIC WORLD

MARIA DO CARMO HENRÍQUEZ SALIDO
Universidade de Vigo
mesalido@uvigo.es

(*) *In memoriam* de Joan Coromines, mais unha vez

Resumo: O período inicial desta breve historia da lingua galega e o reintegracionismo lingüístico começa com umhas observaçõs de umha «Carta» de Martim Sarmiento (1695-1771), precursor da filologia galega, e finaliza em 2019, ano em que a Real Academia Galega (RAG), toma o acordo de dedicar-lhe o «Dia das Letras Galegas» ao polígrafo ferrolano Ricardo Carvalho Calero (Ferrol 1910 - Santiago de Compostela 1990). Elaboram-se apenas umhas ideias sobre o século XIX e primeira metade do XX; mais informaçom aparece sobre a segunda metade do século passado e primeiras décadas do XXI.

Palavras-chave: história da língua galego-portuguesa, unidade e diversidade, «*orthographia*».

Abstract: The initial period of this brief history of Galician and of linguistic reintegrationism starts with some remarks on a «letter» by Martim Sarmiento (1695-1771), the precursor of Galician philology, and ends in 2019, when the Real Academia Galega decides to dedicate the Dia das Letras Galegas (Galician Literature's Day) to the reintegrationist scholar Ricardo Carvalho Calero (1910-1990). Only summarized ideas are here presented on the 19th century and first half of the 20th century, while more information is given with regard to the second half of last century and the first decades of the 21st century.

Key words: history of Galician language, unity and diversity, «*orthographia*».

PREÂMBULO

Para nuclear este texto, escolhemos o título da comunicação apresentada pelo Professor da Universidade Fluminense do Rio de Janeiro, Sílvio Elia (1918-1998), no «I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza» (Ourense, 1984):

Não por outro motivo o consagrado filólogo português Manuel Rodrigues Lapa refere-se a «um galego literário, que é hoje o português falado por 120 milhões de indivíduos». (1979: 68)

E dessa alma galega que derramou sobre a Península Ibérica os mais amorosos versos e aliantes versos da lírica medieval, que povoou de sonhos e proezas a abençoada faixa atlântica do território hispânico, que estruturou em forma harmoniosa e culta um dos idiomas românicos mais pujantes de virtualidades e realizações, que somos os privilegiados continuadores nas terras novas e renovadoras do continente americano. Faz jus, portanto, esse fecundo idioma galego-português ao título de matriz do mundo lingüístico lusobrasileiro. (Elia 1986: 194)

Nom deixa de ser surpreendente que um filólogo brasileiro tenha sintetizado com tanta clareza a «história clínica» da língua da Galiza e que o tenha proclamado numha conferência solene; este parecer será compartilhado por outros filólogos brasileiros, portugueses, galegos e europeus nas suas comunicações apresentadas nos «Congressos Internacionais [...]», organizados pola «Associação Galega da Língua» (AGAL) nos anos 1984, 1987, 1990 (Homenagem ao Professor Carvalho Calero), 1993 (Homenagem a Ferdinand de Saussure) e 1996 (Homenagem a Joan Coromines).

As conferências fôrom publicadas nas correspondentes «Actas» (1987, 1990, 1993 e 1996). Quanto às do ano 1996, realizado em Vigo os dias 13 a 16 de novembro, nom foi possível a sua edição, embora o programa fosse excelente, por problemas económicos, dificuldades para reunir os textos e desavenças internas. Centrava-se em quatro grandes blocos temáticos: Ciências da linguagem, Teoria e Crítica Literárias, Estado actual das vertentes do português no mundo e Estudo da obra e dos contributos do Professor Joan Coromines na Lingüística e Filologia Românica e Hispânica (*Agália*, 47, p. 371-383).

Elaboramos aqui umha breve história da língua galega (apenas umhas ideias), que estruturamos em três grandes etapas: a) a primeira transcorre desde o século XVIII até finais do XIX com o «Regionalismo» e primeira década do XX (fundação da RAG); b) a segunda desenvolve-se com o «Nacionalismo» desde 1916 e com um clamoroso e aterrador silêncio, motivado pola situação política (1936-1946), em que os nacionalistas vivem exiliados na Argentina e outros países da América; a situação muda lentamente a partir do ano 1950 e chega até 1979, poucos anos depois da morte do ditador; c) a terceira abrange desde 1980, um ano depois em que Rodrigues Lapa publica *Estudos Galego-Portugueses* (1979), e chega até 2020, um ano depois em que se lhe dedica o «Dia das Letras Galegas» ao Professor Carvalho Calero. As datas, devido ao extenso período cronológico, som aproximadas.

1. DE SARMIENTO AO «REGIONALISMO»

1.1 Embora existam pareceres discutíveis, o frade beneditino Martim Sarmiento seria o precursor; possui umha clara intuição da lingüística românica, um século antes de que F. Diez a constitua como realidade sólida. Crítico e polígrafo extraordinário, da «Carta en respuesta al Rvdmo. P. M. Esteban de Terreros» podemos obter esta informação: a) «toda la lengua gallega vulgar y la que consta de los manuscritos antiguos, no es *per se*, sino una varia inflexión de las voces latinas, es error creerla dialecto de la lengua castellana»; b) «la lengua gallega [...] no sé a punto fijo cuándo se comenzó a escribir; sé sí, que duró el escribirla hasta los tiempos de Carlos Quinto en los instrumentos públicos»; c) «siendo puras raíces latinas las primitivas de la lengua gallega, no se debe extrañar que los gallegos hablen un idioma que parece latín»; (d) «el idioma gallego es el latín estropeado, [...] de las cinco partes de voces gallegas las cuatro son casi voces latinas que significan lo mismo»; e) «el idioma abunda de muchísimas voces radicales y de pocas forasteras [...] siempre exceptúo los gallegos que habitan lugares muy populosos o de comercio. Estos no hablan puro gallego ni puro castellano, sino un tercer idioma champurrado»; f) «Así, la lengua portuguesa pura no es otra que la extensión de la gallega, y que después se cargó de voces forasteras, moriscas, africanas, orientales, brasileñas» [...] «hago tal cual reflexión sobre la lengua gallega que he mamado» (Pensado 1974: 18-31). Sobre a ortografia é da opinião de que «tem de fundar-se na etimologia [...]: assim utiliza -ss- em posição intervocálica [...]; usa três grafemas *g, j e x* para um mesmo fonema prepalatal surdo ou sibilante [...]. Sobre o uso de *-n* ou *-m* registamos umha vacilação» (Henríquez 1999a: 226).

1.2 No século XIX, o dia 30 de novembro de 1833, Javier de Burgos, por decreto, cria as quarenta e nove provincias de Espanha, um ato administrativo do Estado espanhol virá a ser o definidor do «galego», como assevera com certa ironia Carvalho (1983: 29), embora, conforme vemos no mapa da *Classificação dos dialectos galego-portugueses* (Lindley Cintra 1983: 163), reproduzido por Cunha & Lindley Cintra (1985: 14-15), o galego estende-se fora das quatro províncias, chega ao Norte de Portugal e ocupa a faixa ocidental da Península Ibérica (*Vid. ANEXO I*):

A faixa ocidental da Península Ibérica ocupada pelo galego-português apresenta-nos um conjunto de DIALETOS que, de acordo com certas características diferentes de tipo fonético, podem ser classificados em três grandes grupos: a) DIALETOS GALEGOS; b) DIALETOS PORTUGUESES SETENTRIONAIS; c) DIALETOS PORTUGUESES CENTRO-MERIDIONAIS.

Esta classificação parece ser apoiada pelo sentimento dos falantes comuns do português padrão europeu, isto é, dos que seguem a NORMA ou conjunto dos usos lingüísticos das classes cultas da região Lisboa-Coímbra e que distinguem pela fala um galego, um homem do Norte e um homem do Sul. (Cunha & Lindley Cintra 1985: 10)

Os primeiros indícios no século XIX aparecem em 1853. Nesta etapa som evidentes a diversidade de soluções gráficas, muitas variantes lexicais e morfológicas e a abundância de castelhanismos. A obra *A gaita gallega* de Pintos (1811-1876), humanista com formação clássica, juiz e fiscal, contém partes em galego e em castelhano; elabora umha apologia geral e reivindicação da Galiza e, nomeadamente, da sua língua. Registamos enunciados deste teor: «Ja voan os paxaros», «Si juro», «Das gentes è o consolo», «A saber que se atienda en la escritura / a la etimología del gallego» (p. 70), «Pouco num mesmo parou».

Dos três grandes poetas, Rosalia Castro (1837-1885), Curros Enríquez (1851-1908) e Pondal (1835-1917), este último será provavelmente a figura mais relevante do reintegracionismo, quer pola prática na escrita («*son vagos, sin gente, mouros / só de longe ven ó mar*»), quer polas afirmações que formula das duas culturas (Galiza e Portugal) ou os seus versos («*A redenzón da boa nazón de Breogán*»). Rosalia Castro nos *Cantares gallegos* (1863) fai advertências severas contra Castela e proclama reivindicatórias: «*Castellanos de Castilla, / tratade ben ós galego; cando van, van como rosas; cando vén, vén como negros!*»; «*Probe Galicia, non debes / chamarte nunca española, / que España de ti se olvida / cando eres, ¡ai!, tan hermosa; / Galicia, ti non tes patria, / ti vives no mundo soia, / i a prole fecunda túa / se espalla en errantes hordas*».

Na segunda metade, vem a luz as primeiras gramáticas galegas (Henríquez 1986: 443-467; 2010: 391-408). A de Mirás (nom se conhece o ano do seu nascimento nem o da sua morte) publica-se em 1864; tem um título extenso, que abreviamos, *Compendio de gramática gallega-castellana* [...], um livro de 147 páginas. Cataloga como idiomas «el vasco, catalán, asturiano y otros» (p. 6) e manifesta que «el proceso de formación de las lenguas es una adulteración del latín» (p. 6). Para denominar o galego utiliza sistematicamente os termos *língua*, *dialecto* e *idioma*: «O conceito de *língua* vai associado à ideia de degeneração [...] O conceito de *idioma* fica reduzido às locuções peculiares, o *dialecto*, [...] as locuções e vocábulos privativos [...] se um dialecto se cultiva, se estuda (p. 145), possui umha gramática (p. 145), pode converter-se numha língua» (Henríquez 1987: 452). Toma como paradigma para o galego a ortografia espanhola.

A segunda gramática (1868) é a do sacerdote ourensano Saco (1836-1881), catedrático de latim e bom conhecedor do grego, um «ensaio de gramática galega», «em

que parte da variedade de língua que se fala, principalmente, na província de Ourense, polos “rústicos”. «Escreve movido polo afám de purificar e dignificar o idioma, [...] umha das tarefas primeiras que tinha toda gramática que procurasse ser normativa»; para este autor a gramática «é umha arte, pois nasce como observaçom, como resultado da “*escrupulosa observaçom da language falada*”» (Henríquez 1987: 453). A parte destinada, *sensu stricto* à ortografia, é muito breve, ocupa cinco páginas, pois pensa que som aplicáveis à Ortografia do «dialecto galego» as regras da ortografia castelhana (Henríquez 2010: 407). Entre certas consideraçons citamos:

La lengua gallega, la más dulce y melíflua de cuantas han aparecido en Europa sobre las ruinas del antiguo idioma de Lacio [...] tiempo ha que viene sufriendo una lenta, pero incesante destrucción [...] No puedo menos de deplorar que una de las causas que mas influyen en el hecho que me ocupa, sea el desden, el innoble menosprecio que los mismos hijos del pais arrojan el habla de sus mayores [...] No tiene a menos el valenciano culto servirse del dialecto de su pais para expresarse ante sus compatriotas en buena sociedad: ni el andaluz ni el catalan dejan de estimar en mucho sus respectivas lenguas. (Saco 1868: vi)

Valadares (1821-1903) redige *Elementos de gramática gallega*, preparada para a sua publicação em 1892, que nom será editada até oitenta anos mais tarde (1970). A diferença dos outros gramáticos, manifesta interesse polos problemas ortográficos e formula os três princípios que ham de reger a escrita correta do galego: *a clareza, a grafia etimológica* para harmonizar com outros países do Sul da Europa e *prestigiar* ou nom desluzir a escrita. Ante a intensa polémica e o debate existente a respeito do uso de determinadas grafias e sobre «o modo de escribir en gallego» pontualiza:

Y aquí entra la gran cuestión sobre el modo de escribir en gallego dichas dos sílabas, si se han de escribir con *g*, con *j*, o con *x*, cuestión en la cual la diversidad de pareceres nace en parte, [...] del cariño que, en fuerza de su uso han tomado, unos a la *x*; otros, á la *g* y *j* [...] Letra revoltosa esta última, vieja metida a joven, cuenta, sin embargo, numerosos partidarios y es la que más divide á los que escribimos en gallego. Nosotros [...] escribimos y escribiremos, no *xe*, *xí*, sino, *ge*, *gi* en las voces que así se escriban en castellano. [...] Sí, pues el latino escribe v.g. *justitia*, el castellano *justicia*, el portugués *justiza*, el francés y el inglés *justice* y el italiano *giustizia*, pronunciando cada uno esta palabra según su lengua, ¿por qué lo hemos de hacer con *x* los gallegos y no procurar la uniformidad en la escritura de los vocablos? (Valadares 1970: 19-20)

O 24 de junho de 1894 nos «Jogos florais de Tui», Murguía (1833-1923) proclama que o galego foi feito, no outro lado do Minho, polos irmaos portugueses um idioma universal e por isso assevera: «nunca pagaremos aos nossos irmaos de Portugal [...] que tenham feito do nosso galego um idioma universal». No ano 1906 terá lugar a fundaçom da *RAG*, e o seu primeiro presidente será Manuel Murguía.

2. O «NACIONALISMO» (1916-1936), O LONGO E ESTREMECEDOR SILÊNCIO (1936-1946) E O TÍMIDO ALVOR DA LÍNGUA E DA LITERATURA (1946-1979)

No ano 1916, a Galiza passa do *regionalismo* ao *nacionalismo*, e os movimentos reintegracionistas avançam por motivo do trabalho desenvolvido polas «Irmandades de Amigos da Fala», os representantes da «Geraçom Nós» e até pola força que tem no ideário do «Partido Galeguista» (fundado o 6 de dezembro de 1931). Nom há que silenciar que o 15 de setembro de 1923 o rei nomeia chefe do governo o General Primo de Rivera (1923-1931), iniciando-se assi o diretório militar (15-x-1923 até 3-xii-1925), o ditador apoia-se no exército como peça de mudança do sistema político. A repressom e censura chegam até por volta de 1935.

2.1 A primeira «Irmandade da Fala» funda-se na Corunha o 18 de maio de 1916, nesse mesmo ano publica-se o primeiro número do Boletim Dezenal *A Nosa Terra*. As «Irmandades» som um movimento político nacionalista, que tem como «finalidade essencial o enobrecimento, a exaltaçom, a dignificaçom e o fomento do idioma, combinado com todo um projecto de regeneraçom do País»; defendem a unidade com a língua falada em Portugal e o binómio língua-naçom. Está constituído por um grupo de intelectuais, sem específica formaçom filológica ou lingüística, pertencentes à burguesia, que «entendem que a reabilitaçom da sua língua está no uso, preocupados pola “gramática” e pola “ortografia”, de preferência etimologizante» (Henríquez 1997: 373).

Podemos distinguir três épocas: a primeira 1916/1918, de definiçom ideológica, a segunda desde 1918 a fevereiro de 1922 e a terceira a partir de fevereiro de 1922 com umha cisom em dous grupos. Na nossa opiniom, a etapa 1916-1920 é o momento mais brilhante: «Se os anos 1916-1917 som os anos da defesa do idioma por ser um factor fundamental para a existência de umha naçom, o ano 1918 vai ser o ano da defesa da ortografia “histórica” ou “etimológica” e o ano 1919 o ano da «polémica ortográfica»; «recebem a sua formaçom científica a través de fontes indirectas (da Catalunha), ou exprimido com outras palavras, “lem” através de Catalunha (naçom que citam como modélica no uso da sua língua própria» (Henríquez 1993: 177). A revista deixa de publicar-se em 1936.

Outro contributo das «Irmandades» será o *Vocabulario Castellano-Gallego*, editado na Corunha em 1933; o seu autor foi Salvador Mosteiro Pena (1896-1982). Sustenta: «después de consultar [...] nuestros escritos [...] de los siglos XIII, XIV, XV y XVI y de esculcar [...] el lenguaje hablado en la actualidad [...] llegamos al pleno

convencimiento [...] de que no existe término netamente portugués que no sea gallego, y viceversa» (1933: 4-5). No tocante à ortografia mostra-se partidário de tomar «o exemplo dos escritores da segunda metade do século XIX [...]; nos termos científicos ou técnicos, que coincidam ou quase coincidam com os das outras línguas latinas, respeitam a etimologia» e entende «que há que chegar a umha unificação o mais completa possível [...] até, mesmo, identificá-la com a portuguesa na maioria dos casos, por tratar-se de umha mesma língua» (Henríquez 1999b: 226-227).

Os problemas que levanta a formalização gráfica dos idiomas ocupa bastantes páginas do *Boletín*. Conheciam «a problemática existente em Euskal Herria e Catalunha, pois [...] mencionam o «Institut d'Estudis Cataláns» e a futura criação do «Instituto de Estudos Vascos», sabiam dos seus trabalhos «para unificar a língua e intensificar a cultura própria» (Henríquez 1993: 192). O debate ortográfico intensifica-se no ano 1919, com vozes a favor da escrita «fonética» e da «etimológica». Com a chegada do ano 1920, observa-se certo declínio do *Boletín*.

Acaso os seus mais significados representantes sejam Vilar Ponte (1881-1936), seguidor de Murguía, por ter realizado umha intensa atividade para consolidar esta nova organização. Reitera «um discurso tardo-secular iniciado já com L. Hervás y Panduro e formulado por Herder e W. von Humboldt, considera a língua como o factor essencial para a existência de umha nação» (Henríquez 1993: 180). Outra figura importante é Viqueira (1886-1924), que, licenciado em Filosofia e Letras em 1911, se doutora em Madrid em 1913, sendo fervente defensor de incorporar o galego ao ensino. Com rotunda e absoluta clareza justifica o uso da ortografia etimológica:

A ortografía que emprego nos meus traballos admitina —respetando *inmensamente* ôs que non a usan— pol-os seguintes motivos: a) é a antiga ortografía galega; b) somella moitísimo à portuguesa e facilita pois o aumento de leitores, c) coincide c'as das outras línguas latinas, d) é etimológica, e) foi defendida e empregada nas suas publicacións por Antonio de la Iglesia no século XIX, f) pode ser base da fonética galega hoje tan castellanizada. (*A Nosa Terra*, 30 de agosto de 1917)

2.2 Da «Geração Nós» consideramos de enorme relevância a elaboração e promoção da revista *Nós*, Boletim mensal de Cultura galega, nascida o 30 de outubro de 1920; os derradeiros números (139-144) desta época fôrom impressos como correspondentes a julho-dezembro de 1935. Os fundadores do citado Boletim fôrom Vicente Risco (1884-1963) e Arturo Nogueira (1880?-1936). Estivo interrompida entre o número 18 (julho de 1923) até julho de 1925, por motivos económicos, políticos e pelas desavenças internas. Os seus objetivos serám substancialmente dous: «a) [...] mostrar que a Galiza existia como povo diferenciado enquanto fosse capaz [...] de

criar e conservar umha cultura própria, o que significa ser povo; b) [...] superar o isolamento aldeão da Galiza literária através da europeização da sua cultura» (Henríquez 1989: 261). A maioria dos seus integrantes defendem a escrita histórica ou etimológica.

A repercussão do movimento reintegracionista na política é evidente num folheto publicado pelo «Partido Galeguista» (novembro de 1934), onde se afirma «que o galego se pareça ao português nom tem nada de particular, porque o português nom é mais que o galego um pouco modificado; de maneira que se tem que parecer por força, e nom é estranho que se pareça» (Henríquez 1984: 27).

A partir de 1940, polo drama da guerra 1936-1939, umha grande parte do trabalho dos nacionalistas galegos realiza-se em países da América. Castelao (1886-1950) reside algum tempo em Nova Iorque, onde tinha sido enviado polo governo republicano para apoiar os exiliados, e nomeadamente na Argentina. Em Buenos Aires publica *Sempre en Galiza* (1944); Castelao «foi um importante político nacionalista republicano e ideólogo do nacionalismo galego do século xx» (Coromines). Neste livro nom achamos umha praxe ortográfica que demonstre os seus postulados da unidade lingüística galego-portuguesa, mas sim o verificamos no léxico e nas suas ideias: «Estamos fartos de saber que o povo galego fala un idioma de seu, fillo do latín, irmán do castelán e pai do portugués [...] co que ainda podemos comunicarnos com mais de sesenta millóns de almas» (Henríquez 1999a: 227). Vam ser parte das obras citadas com anterioridade os principais documentos que utilizará Joan Coromines no *DCECH* (1980-1991):

dicionários da língua galego-portuguesa, gramáticas, vocabulários, glossários e léxicos, obras importantes da época medieval e umha escolma da obra de um escritor que foi ademais um importante político nacionalista republicano e ideólogo do nacionalismo galego do século xx —Alfonso Daniel Rodríguez Castelao— como podemos ler e observar no apartado intitulado «Indicaciones bibliográficas». (*DECCH*, I, XXXVII-LXV) (Henríquez 1999a: 223)

2.3 No ano 1950 inicia-se um tímido ressurgir da literatura e cultura galega; funda-se a editora Galaxia. Guerra da Cal (1911-1994), exiliado nos Estados Unidos, reinicia esse trabalho de integração nos seus dous livros de poesia, *Lua de além mar* (1959), prefaciado por Jacinto do Prado Coelho, e *Rio de Sonho e Tempo* (1963).

Em 1963 nasce a revista *Grial* (Vigo) —de caráter trimestral, constituída em ponto de referência para obter informação sobre a cultura e a língua da Galiza—; o número 1 corresponde a julho, agosto e setembro. Um dos grandes méritos desta revista para o filólogo português Rodrigues Lapa «é o de, por mão hábil dos seus directores (honra lhes seja), abarcar num mesmo complexo os três ramos da nossa cultura: o galego, o português e o brasileiro» (Rodrigues Lapa 1979: 53).

No jornal *Faro de Vigo* (14-X-1964) [em dezembro desse mesmo ano o novo diretor será Álvaro Cunqueiro Mora (1911-1981); exerceu como jornalista durante toda a sua vida; poeta e narrador em galego], numha entrevista ao Professor Ricardo Carvalho Calero, perante a pergunta «¿Qué es el idioma para Galicia?», ele responde, entre outras ideias, que «Recientemente se ha hablado del gran porvenir del romance gallego-portugués, con sus dialectos. Ahora mismo lo hablan muchos millones de hombres»:

Es la sangre que vivifica el cuerpo espiritual del país. Renunciar a él sería renunciar a ser lo que somos. Y eso jamás se puede hacer, en nombre de ninguna conveniencia, en nombre de ningún principio. Puesto que tenemos un idioma propio, sólo un enajenado puede pensar seriamente que semejante don divino debe menospreciarse [...] Juzgo alienación toda postura que desdeñe el idioma porque creo que tal posición sería extraordinariamente opuesta a nuestros intereses prácticos. Recientemente se ha hablado del gran porvenir del romance gallego-portugués, con sus dialectos. Ahora mismo lo hablan muchos millones de hombres. Pero aun no siendo así, un idioma propio es un certificado de identidad que permite a su poseedor desenvolverse en la vida sobre una base firme. Por otra parte, ese idioma se ha realizado en una literatura brillante. ¿Quién renunciaría a conocerla y a continuarla? -¿cómo hacerlo si no se conoce y se cultiva el idioma?

2.4 Rodrigues Lapa (1897-1989), em *Grial*, 41, p. 278-287, publica «A recuperación literaria do galego», publicado anteriormente em *Colóquio / Letras*, 13 (1973), p. 5-14. Este texto motivou um forte e esclarecedor debate na Galiza, com ensaístas que mostravam o seu otimismo pola «expansión crecente da lingua galega», como Ramón Piñeiro (1915-1990), [um dos defensores do «galego champurrado» ou «castrapo», promotor também do debilitamento ou desaparecimento do histórico «Partido Galeguista», integrou-se no PSOE). Em *Colóquio / Letras*, 8, p. 53, publicava um relatório «sobre a expansión crecente da lingua galega»; apoiava-se o em cinco razons: a transigência da Igreja; Universidade por ter criado umha cadeira de Lingüística e Literatura Galega e um e um Departamento de Filologia Românica; a própria Academia Galega que tinha elaborado já as «Normas ortográficas e morfolóxicas» do idioma; e, enfim, notava-se a penetração do vernáculo em certos meios da burguesia urbana, que «tradicionalmente viña sendo o principal enemigo interior do seu desenvolvemento». Entre os contrários a esse otimismo, citamos o artigo de Coromines e dous trabalhos de Montero Santalha «Unificación ortográfica galego-portuguesa», *Grial*, 51, p. 1-13, e «Sobre a unificación ortográfica galego-portuguesa», *Grial*, 53, p. 277-282, nos quais popom modificar a ortografia comum galega, tomada do castelhano, para unificá-la progressivamente com a luso-brasileira adotando as grafias «lh», «nh», «-m», «ç», «ss» [...].

Joan Coromines (1905-1997), em *Grial*, 53, p. 277-282, publica «Sobre a unificación ortográfica galego-portuguesa» (*Vid. ANEXO II*), em que após felicitar efusivamente filólogos e escritores galegos e concordar com eles, toma partido a respeito de qual devia ser o rumo a seguir polo *galego-português*, para que nom fosse devorado polo castelhano; pom ênfase em que o principal adianto a fazer na direçom da unificaçom lingüística galego-portuguesa é no campo da unidade ortográfica:

Quen isto escribe é un lingüista estranxeiro, mas sinceramente cheo de boa vontade para todas as línguas hispánicas, fondamente entusiasta e preocupado das cousas da Galiza. Catalán. Autor do *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana* e de moitas obras de lingüística romance. Non son un principiante nos traballos de filoloxía galega [...]. Por outra parte, os meus deberes están do lado do *catalán*, a única língua miña. O castelán e o galego-português son idiomas irmáns, que teño estudado profundamente, para o galego-português a miña profunda simpatía, para o castelán a desconfianza que merece unha língua que pretende devorar ás outras.

A seguir elabora umhas propostas que subdivide em três apartados: (a) Problemas meramente gráficos (LH, NH, emprego do trazo de unión, acentos); (b) Problemas de natureza gráfico-fonética (uso de G, J, X, C, Ç, Z; SS; grupo QU; sobre a nasalidade salienta que «é este o ponto en que sería máis difícil chegar á identidade completa con o portugués», recomenda provisoriamente a adopçom de -M final em lugar de -N, aduzindo como razom fundamental que os portugueses escreverom *-om*, *-am* até o século passado [...]. Foi nomeado «Membro de Honra» da AGAL em fevereiro de 1985 e numha carta, que nos remete desde Pineda o 21 de fevereiro de 1985, responde: «Aceito com prazer a vossa honra. / Viva Galiza. Joan Coromines» (reproduzida em *Agália*, 48, p. 426).

Desde Portugal, Rodrigues Lapa (1979) proclama no «Prefácio» do seu livro *Estudos galego-portugueses*, que colige traballos dispersos, considera a Galiza «como a sua própria terra; e historicamente e geograficamente assim é, pois estou dentro dos limites da velha Galécia» e afirma que se sente vinculado a ela «pelo coração, que apoia naturalmente todos os que defendem a sua liberdade e a sua cultura»:

Estão coligidos neste volume [...] os traballos dispersos sobre o problema do galego, que assinalaram a minha actividade ao longo de mais de quarenta e sete anos. [...] Sempre considerei a Galiza, esta terra maravilhosa, desgraçada e incompreendida, como sendo a minha própria terra; e historicamente e geograficamente assim é, pois estou dentro dos limites da velha Galécia, que chegava pelo sul ao rio Mondego. Mas também lhe estou vinculado pelo coração, que apoia naturalmente todos os que defendem a sua liberdade e a sua cultura. (Rodrigues Lapa 1979: 1)

Acrescenta que nom comparte a parecer de Ramón Piñeiro —conhecido na Galiza pola sua defesa do galego-espanhol e nom do galego-português—, lembra-lhe: «Sejamos francos e sinceros e não nos iludamos: utilizando uma expressão do nosso

Eça de Queiróz (1849-1900), *o Governo tolera, mas não promove*» (Rodrigues Lapa 1979: 55) e formula umhas argumentaçõs, para a construçom dessa *koiné* tam desejada; concretiza as primeiras operaçõs a fazer «a sua descastelhanizaçom, limpando-o de formas que desnaturam a sua verdadeira fisonomia», para restaurar o galego «obrigá-lo a ser o que já foi, um instrumento artístico que as desvastaçõs do tempo, a maldade e a incúria dos homens foram deteriorando», «mas nem por isso deixou de ser radicalmente a mesma língua»:

[...] julgamos que a primeira operaçom a fazer no idioma é a sua descastelhanizaçom, limpando-o de formas que desnaturam a sua verdadeira fisonomia [...]. Também urge outra operaçom, mas já em sentido diferente: aproximá-lo de certas formas cultas, idênticas em português e castelhano, e que no galego conservam ainda uma configuraçom inaceitável e antiliterária: *pra* em vez de *para*, *terreo* em lugar de *terreno* [...]. Há pois que restaurar o galego e obrigá-lo a ser o que já foi: um instrumento artístico que as devastaçõs do tempo, a maldade e a incúria dos homens foram deteriorando e desfigurando, até ficar no estado em que o vemos. Totalmente identificado nos séculos XII e XIII com o português, separou-se deste por razões conhecidas, mas nem por isso deixou de ser radicalmente a mesma língua. (*Ibid.*: 62-63)

3. DE 1980 A 2020: O REINTEGRACIONISMO REGRESSA ÀS SUAS ORIGENS

3.1 A publicaçom das *Normas ortográficas do idioma galego*, elaboradas por umha Comissom Lingüística, constituída, entre outros, por Ricardo Carvalho Calero (presidente), Ramon Martínez López (Vice-Presidente) e José Luís Rodríguez Fernández (Secretário), representou umha forte aposta no processo de normativizaçom. No «Limiar» avisam: o sistema ortográfico nom pode manter-se indefinidamente inalterado, máxime tratando-se de umha língua, como o galego, na qual o processo de normalizaçom é particularmente laborioso e delicado; por isso prevemos umha futura reorganizaçom da ortografia do idioma, fundada na tradiçom literária [...] mais solidária de outras formas do romance hispânico ao que pertence o galego.

O dia 2 de outubro de 1981 é legalizada polo «Ministerio del Interior» a Associaçom Galega da Língua (AGAL), para conseguir «umha substancial reintegraçom idiomática e cultural do galego, nomeadamente nas suas manifestaçõs escritas, na área lingüística e cultural que lhe é própria a galego-luso-africano-brasileira». No ano 1982 inicia um intenso trabalho (cinco congressos internacionais, seminários, cursos, colóquios, simpósios, etc.; o número 1 da revista *Agália* aparece em março de 1985.

Em 1982 publicam-se as *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, aparecem como um acordo da RAG e do Instituto da Língua Galega (ILG). Nom obstante, estas *Normas* reduzem-se às do ILG, alteradas em poucos casos; fõrom excluídos os

membros da Academia herdeiros da tradição e do ideário lingüístico e ortográfico; no fundo nom som mais que umha «contestaçom» às teses reintegracionistas».

Em 1983, a Comissom Lingüística (CL) da AGAL apresenta o *Estudo crítico* [...] segunda ediçom corrigida e acrescentada em 1989 (302 p.). Descreve a situaçom da comunidade lingüística nos últimos tempos (desde 1950 até 1975; desde 1976 até 1981; desde 1981 até 1983, depois do «golpe de estado»), e a situaçom depois da publicaçom do *Estudo crítico* (indica as açons institucionais e acontecimentos societários em p. 18-24). A seguir elabora um estudo detalhado sobre os princípios e as exigências das *Normas ILG-RAG* e leva a cabo a crítica pontual (p. 57-148); no *Posfácio* pontualiza: «Umhas normas de recta escrita devem ser concisas, bem fundadas, coerentes e razoáveis»; «A espanholizaçom que aceitam as Normas é gratuita e dupla para a maior parte dos casos: primeiro, contra a nossa tradiçom e, segundo, contra a pertença à nossa própria área cultural e lingüística (a galego-luso-africano-brasileira)»; «É possível chegar a umha normativa de concórdia se se começa, como mínimo, a dialogar sobre as possibilidades de alcançá-la» (p. 149-154). Recolhe muitas das unidades lexicais «proibidas polas Normas ILG-RAG» ou nom recomendadas, documentadas nos grandes escritores do século XIX, intelectuais das «Irmandades da Fala» e da «Geraçom Nós» (por ex. *agravo*, até em vez de *ata*, *bloco* [Bloco Nacionalista Galego] em vez de *bloque*, *borboleta*, *carregar*, *concelho* ‘divisom administrativa’ e Câmara Municipal ‘local onde som realizadas reunions ou atividades deliberativas’, *direito*, *eixo*, *fechar*, *Galiza*, *gostar*, *janela*, *Natal*, *obrigado* ‘ficar agradecido’, *perto* ‘próximo’, *preto* ‘como sinónimo de negro’, *respeitar*...

Nesse mesmo ano, a «Xunta de Galicia», como fruto do afâm «normalizador» promulga a *Lei 3/1983* de Normalización Lingüística de 15 de junho (DOG de 14 de julho de 1983), e o Decreto 135/ 1983, de 8 de setembro (DOG do 17) «polo que se desenvolve para o ensino» esta *Lei* e o Decreto 173/1982, de 17 de novembro (DOG de 20 de abril de 1983) «sobre normativización da Língua Galega». Todos estes textos legais significam a obtençom das licenças oficiais para fazer com maior honra o «funeral do galego» e laminar qualquer crítica, debate ou diálogo sobre o precitado *Decreto*.

O «mestre da nova Galeguidade», Guerra da Cal, manifesta-se, poucos anos depois, sobre o conflito existente na Galiza, identifica os «dois bandos que degladiam», um o poder autonómico «com todos os seus recursos, o seu nepotismo» e o outro «a mocidade universitária e trabalhadora que quer uma Galiza galega, descansa na progressiva adopção do padrão luso-brasileiro que os “reintegracionistas” perfilham»:

O momento actual é de conflito [...]. Dois bandos se degladiam diariamente: num alinham os que neste momento detêm o poder autonómico — clientes e agentes do Estado Central, com todos os seus recursos, o seu nepotismo e os seus meios de comunicação de massas na mão [...]. Esse é o bando da «Xunta de Galicia» [*sic*], que, de colaboração com algumas entidades «isolacionistas» esclerosadas, engehhou e «oficializou», de maneira maleficamente subreptícia,

umas aberrantes *Normas* cujo evidente propósito é condenar o galego ao languescimento como dialecto —do espanhol [...]. Do outro lado, contra essa armadilha da colonização de novo estilo, levanta-se em onda cada vez mais alta a mocidade universitária e trabalhadora que quer uma Galiza galega. À cabeça dessa juventude militam os «reintegracionistas», em cujo triunfo final tenho uma fé inabalável — até por razões biológicas [...]. Ora bem, eu tenho a convicção de que a única defesa do galego contra a política linguicida dos «espanholizantes» descansa na progressiva adopção do padrão luso-brasileiro que os «reintegracionistas» perfilham. (Guerra da Cal 1985: 10-11)

Embora seja um facto conhecido polos leitores da língua românica que ocupa a faixa oriental da Península Ibérica, reproduzimos a seguir umha referência à problemática catalá que apresenta certo paralelismo com o que temos descrito nas primeiras páginas deste artigo: «Que magistrats nomenats per l'Estat provin d'introduir una divisió en la unitat de la llengua literària i oficial catalana, preceptuant l'ús d'ensenyaments i textos en «llengua valenciana i no catalana»:

Em junho de 1989 o «Ministerio de Cultura» concedeu o «Premio Nacional de las Letras» ao Professor Joan Coromines. Este numha carta dirigida ao Sr. Jorge Semprún, dá-lhe as graças, e diz: [...] D'altra banda, no puc deixar de dir-li, que la satisfacció que aqueixa distinció em dóna, va acompanyada d'una profunda recança. L'única nació, i l'única llengua meva, a les quals reto incondicional homenatge, són la nació i la llengua catalanes [...]. Considero intolerables alguns fets. Primer, que s'admetin en els Països Catalans, mestres agents de política i altres funcionaris sense haver acomplert coneixement de la nostra llengua. Segon. Que es regategi, o sotmeti a hàbils maniobres, el suport incondicional a l'oficialitat del català en el si de la Comunitat Europea, i del seus programes d'ensenyament lingüístic. Tercer. Que magistrats nomenats per l'Estat provin d'introduir una divisió en la unitat de la llengua literària i oficial catalana, preceptuant l'ús d'ensenyaments i textos en «llengua valenciana i no catalana». (*Agàlia*, 18, p. 259)

3.2 A realização dos cinco «Congressos Internacionais [...]» representa um reconhecimento internacional da unidade da língua galego-portuguesa. No *I Congresso Internacional* [...] (Ourense, 1984), Rodrigues Lapa estuda a figura de Álvaro de las Casas (1901-1950), diz que este escritor preferia que o chamassem Álvaro das Casas, por ser a forma correta em galego. Considera-o umha figura esquecida na história literária da Galiza, que aconselhava «sujeitar-se à ortografia lusitana», pois «cientificamente, este é o nosso caminho, e política e economicamente os nossos eidos estender-se-iam num dos mais vastos mundos lingüísticos»:

Cuido que deveríamos sujeitar-nos no possível ao português, tanto mais que, na maior parte dos casos ficávamos mais dentro das nossas formas originárias: *Deus* por *Dios*, *mai* por *nai*, *perto* (cerca) por *preto* (que tem outra significação = negro); *sinos* por *campás*; *xanela* por *ventá* ou *fuestra*. É melhor que nos sujeitássemos à ortografia lusitana. Cientificamente, este é o nosso caminho; e política e economicamente os nossos eidos estender-se-iam num dos mais vastos mundos lingüísticos (*Alento*, 5, p. 87-88) (Rodrigues Lapa 1986: 268).

Nas «Conclusons» deste «I Congresso [...]» aparecemr:

1. O Congresso reafirma que as duas formas do galego e do português constituem um mesmo sistema lingüístico, umha mesma língua. 2. O Congresso reafirma também que a norma que corresponde ao galego tem de ser fixada com critérios lingüísticos e um necessário debate democrático aberto a todos os especialistas e sectores implicados. 3. O Congresso apoia todos os processos conducentes à plena normalização lingüística do galego que deverá afectar com carácter prioritário ao ensino, meios de comunicação e administração. 4. Os congresistas dos países de língua galego-portuguesa urgem a necessidade de reforçar e multiplicar os intercâmbios culturais e troca de experiências no interior desta comunidade lingüística [...] (*Actas* 1986: 814-815)

No «II Congresso [...]» (1987), Chaves de Melo (1917-2001) justifica o título da sua dissertação, pois trata do galego como parte integrante do sistema hoje denominado «língua portuguesa», e confessa que vinha de longe «o meu interesse pelo galego» (p. 59), aconselha «as formas coincidentes com o luso brasileiro, para abreviar o desejado termo da perfeita reintegração» e convida a que «nos irmanemos galegos, portugueses e brasileiros e proclamemos “A nossa pátria é a língua portuguesa”»:

Um apelo aos que estão trabalhando na ingente e histórica empresa da gramaticalização e disciplinação do galego comum, para que prossigam e tomem nota como norte, nos casos de divergência accidental, o aconselhamento das formas coincidentes com o luso-brasileiro, para abreviar o desejado termo da perfeita reintegração. É um convite a que, de alma leve, nos irmanemos galegos, portugueses e brasileiros e proclamemos «A nossa pátria é a língua portuguesa». (Chaves de Melo 1990: 66-67)

Carvalho Calero assinala que «devemos interpretar o reintegracionismo de Castelao [...] no contexto temporal em que publica a sua obra»; «tanto o seu bilingüismo como o seu reintegracionismo som posturas políticas»; «o galego incorporaria-se ao sistema de que foi protótipo e que hoje tem como arquétipo a norma lisboeta, sem deixar de ser galego»; esse achegamento ao português «ha desembocar em confusom, quer dizer, em confluência, que nom é seguramente substituição, senom osmose»:

Cabem muitas possibilidades interpretativas da fórmula; mas eu creio que a mais correcta em virtude do contexto histórico é a mais puramente «reintegracionista»: o galego incorporaria-se ao sistema de que foi protótipo e que hoje tem como arquétipo a norma lisboeta, sem deixar de ser galego, conservando a sua fonética, a sua morfologia e o seu léxico peculiares no que tenhem de genuínos, mesmo aportando ao sistema o que puder enriquecê-lo e, decerto, admitindo todo o que, proveniente das outras formas do galego-português, resultasse rendível para o co-dialecto [...] Castelao nom nos hipoteca o porvir. Limitou-se a indicar um caminho para o futuro imediato ao presente de 1944, que em grande parte é o futuro imediato no presente de 1987. (Carvalho 1990: 900)

Eugenio Coseriu (1921-2002) reafirma estes princípios: «es el portugués el que es “gallego”», «históricamente es el gallego de la Reconquista y es hasta hoy, en todas

sus formas, la continuación de ese gallego». Se trata «de una lengua, que precisamente en la forma en que se difunde [...] se llama con otro nombre» (*Vid. ANEXO III*):

Claro que esto no significa que el gallego sea «português»; significa más bien lo contrario: es el português el que es «gallego». Históricamente, el português es el gallego de la Reconquista y es hasta hoy, en todas sus formas, la continuación de ese gallego. Esto vale también para el português literario y común en su relación con el gallego literario medieval, pues la tradición de este gallego ha sido adoptada y continuada por la lengua literaria portuguesa. Se trata, por tanto, del caso, bastante raro en la historia de las lenguas, de una lengua que, precisamente en la forma que se difunde y se constituye en lengua común y gran lengua de cultura, se llama con otro nombre: ya no gallego, sino português. (Coseriu 1990: 800)

Azevedo Filho (1927-2011) constata que «há sempre duas forças em permanente tensão, a força agregadora que mantém a unidade da língua, e a força desagregadora, responsável por sua desarticulação», e considera que «a força desagregadora, responsável pela expansão do castrapo, decorre do conjunto de inevitáveis influências da língua castelhana [...] sobre a língua de Martin Codax e Pero Meogo», mas parece «não haver dúvida de que o reintegracionismo será sempre a luta por um ideal, em face de uma realidade cada vez mais adversa»:

Em suma, no interior de qualquer sistema lingüístico, há sempre duas forças em permanente tensão: a força agregadora, que mantém a unidade da língua, e a força desagregadora, responsável por sua desarticulação. No caso do galego, a força agregadora é a mesma que dá unidade ao português hoje falado em sete nações. E a força desagregadora, responsável pela expansão do castrapo, decorre do conjunto de inevitáveis influências da língua castelhana, ao longo da história, sobre a língua de Martin Codax e Pero Meogo [...] parece não haver dúvida de que o reintegracionismo será sempre a luta por um ideal, em face de uma realidade cada vez mais adversa. (Azevedo Filho 1993: 82)

No «III Congresso [...]», celebrado em 1990, Eugenio Coseriu consolida novamente a unidade, pois «uma semântica estrutural do galego e do português chegaria à conclusão de que o sistema básico é o mesmo no galego e no português [...]», «as distinções, as oposições básicas, os traços diferenciadores são os mesmos»:

Um estudo deste tipo, uma semântica estrutural do galego e do português chegaria à conclusão de que o sistema básico é o mesmo no galego e no português e de que as distinções, as oposições básicas, os traços diferenciadores são os mesmos, mas que há [...] diferença de norma, como há também diferença de norma entre o português de Portugal e o português do Brasil e também no português das várias regiões de Portugal e no português das várias regiões do Brasil. (Coseriu 1993: 100)

Os professores brasileiros presentes neste «III Congresso [...]» propuseram um voto de louvor aos organizadores do Encontro, pelo:

Rigor e eficiência, pela constante gentileza no trato, pela qualidade das Comunicações, pelo enriquecimento e progresso na abordagem dos temas examinados. Propõem igualmente, que esta moção seja dirigida na pessoa da Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Henriques Salido, alma da Associação Galega da Língua, incansável batalhadora da causa da Reintegração e líder incontestável de quantos se empenharam a fundo para levar a bom termo a sua luta. Ourense, 1 de outubro de 1990.

Assinam este documento: Gladstone Chaves de Melo, Sílvio Elia, Leodegário A. de Azevedo Filho, Dalma B. Portugal de Nascimento, Maria Amparo Tabares e Maria Alice Aguiar. (*Actas do III Congresso*, 1993: 638)

A abertura do «V Congresso [...]» tivo lugar o dia 13 de novembro de 1996 no auditório do Centro Cultural Caixavigo; a mesa estivo presidida polos Professores Azevedo Filho, Eugenio Coseriu, Hans J. Niederehe e Maria do Carmo Henriques. Referenciamos, apenas, os títulos e autores das conferências plenárias e das que abordam a obra de Joan Coromines ou o catalám. Às 16:20 h. Eugenio Coseriu (Univ. Tübingen) «A norma e o ensino das línguas». Às 18:00 h. Hans J. Niederehe (Univ. Trier) «Los catalanes y la gramaticografía de la Edad Media».

O dia 14, Evanildo Bechara (Univ. do Estado Rio de Janeiro) «Os estudos de etimologia portuguesa e a obra de Joan Corominas». O dia 15, José Luís Álvarez Enparantza (Univ. País Vasco) «Contribuciones de Joan Coromines a la historia de la lengua vasca» —o texto foi traduzido para galego-português por Jesus Miguel Conde e aparece publicado em *Agália*, 63/64, p. 151-158—; às 18:00 h. M. Pueyo (Univ. Lleida) «Fronteres, estats i poblacions en les llengües minoritàries. El cas del català». Na mesa-redonda celebrada às 19:30 h. «Línguas e Poder» V. Pitarch (Institut d'Estudis Catalans) e M. Pueyo (Univ. Lleida).

O dia 16:00, J. R. Solé i Durany (Dep. de Cultura, Generalitat de Catalunya) «El concepte de llengua pròpia en el Dret i en la normalització de l'idioma» e V. Pitarch (Institut d'Estudis Catalans): «Llengües, cultures, ètnies». Às 18:30 h. M. C. Henriques (Univ. Vigo) «A língua do Oeste no DCECH, de Coromines-Pascual» —publicada em Solà (1999: 221-230)— (*Agália*, 47, p. 371-383).

4. O GALEGO-PORTUGUÊS HOJE (1980-2020)

4.1 O galego no ensino Primário e Secundário tem as mesmas horas de docência que o espanhol (ou castelhano). Em Primária quatro horas, no Ensino Secundário Obrigatório (ESO) três horas; há matérias optativas. Nas provas da «Avaliação do Bacharelato para o Acesso à Universidade» (ABAU) parecem apresentar maior dificuldade os exames de galego que os de espanhol (convertidos num comentário

de texto e várias questons teóricas estudadas em Primária ou ESO). Toda a teoria e prática docente está centrada para dar por habilitados os alunos, nom interessa que os estudantes falem galego, nem pensem ou debatam sobre a língua, a normativa está sacralizada. Vemos certo paralelismo com a máxima jurídica latina *Quod non est in actis non est in mundo* «o que nom está nos autos nom está no mundo» = «O que nom está na normativa, nom está no galego».

Nas instituiçõs e organismos públicos o uso do galego é «rituário», costumam falar em galego nas sessõs, mas nom todos [por ex, o Presidente da Câmara Municipal de Ourense nom o usa), há normativizadores profissionais e os representantes públicos nom se esforçam polo uso «mais correto» do idioma [o ideal de «falar como os melhores» está ausente].

4.2 Os meios de comunicação usam o espanhol, ocasionalmente pode aparecer algum artigo em galego (nas Normas do ILG-RAG). Tem havido um notável retrocesso: desde 1977 até 1990 (com Carvalho Calero) e poucos anos depois permitiam publicar em galego-português, agora os textos som escassos. O galego está na Rádio e TVG, porém carece de registos cultos (pobreza de léxico...). O modelo de léxico galego oficialista e isolacionista [...] caracteriza-se por marcados défices de funcionalidade, idiomaticidade, coerência, economia comunicativa e vantagem sociolingüística, o que incapacita tal modelo lexical para constituir o galego em verdadeira língua de cultura, ou seja, em veículo expressivo, eficaz e autónomo do castelhano, de uma sociedade culta e moderna (Garrido 2011).

O único jornal em galego é *Nós Diáριο*, nascido em novembro de 2019; o semanário *A Nosa Terra* e a revista *Agália* desaparecerõm; sobrevive *Grial* (admite textos redigidos em português, porém nom aceita textos em galego-português).

4.3 O reintegracionismo, apesar da censura, limitaçõs económicas e do silêncio nos meios de comunicação, avança. Desde o ano 1985, recrudescerõm as iras do *holding* para os seguidores do Professor Carvalho Calero: «Carvalho era oficialmente um home maldito. Um proscrito na sua própria terra. Era alvo de todo tipo de ataques, de quem nom perdoava que umha mente especulativa assi estivesse ao serviço da liberdade de Galiza» (Suevos 1991). Há casos de arbitrariedade, censura, condutas inquisitoriais, expedientes, irregularidades, marginalizaçom, vulneraçom de direitos fundamentais, etc. recolhidos na revista *Agália*; indicamos o número, ano e páginas: 4 (1985: 479); 14 (1988: 234-235), 16 (1988: 480); 17 (1989: 89-92); 18 (1989: 254-258);

19 (1989: 387-393); 21 (1990: 87); 26 (1991: 260-261); 30 (1992: 283-291); 33 (1993: 74-75 e 78); 38 (1994: 214-216); 42 (1995: 232); 43 (1995: 364-365); 54 (1998: 231-237) e 61 (2000: 123-124), etc.

Outro exemplo é o acontecido por motivo da nomeação de Eugenio Coseriu como «Doutor Honoris Causa» da Universidade de Vigo. O día 17 de março de 1995, no paraninfo da Universidade de Vigo, tinha lugar a solene sessão académica, prévios pedido e proposta do departamento de «Filología Española, Teoría de la Literatura, Lingüística General, Traducción e Interpretación y Latín», em que tivemos a honra de exercer como «madrinha»; na «*Laudatio in honorem Eugenio Coseriu*» redigida pola autora deste artigo, usamos o galego-português. O problema surgiu quando houvo que publicar o texto: a ortografía utilizada era a denominada «histórica» ou «etimológica» e seguia os postulados que, sobre a ortografía do galego, formularam, entre outros, Sarmiento, Joan Coromines, Rodrigues Lapa ou Carvalho Calero. Nom foi publicada pola Universidade de Vigo (apareceu dez anos mais tarde em Martínez del Castillo 2005: 11-20).

4.4 No ano 2020, podemos distinguir três coletivos reintegracionistas de certa importância. Todos eles assumírom o «Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa», elaborado de 6 a 12 de outubro de 1991, com a presença de todos os países lusófonos e a participação de umha delegação de observadores da Galiza, reunidos em Lisboa de 8 a 12 de outubro de 1990 (*Vid. Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*, 1, p. 213-234):

a) A *Associação Galega da Língua* (AGAL) preconiza que o galego deve incorporar-se «ao sistema de que foi protótipo e que hoje tem como arquétipo a norma lisboeta, sem deixar de ser galego, conservando a sua fonética, a sua morfologia e o seu léxico peculiares [...]» (Carvalho 1990: 900). Nom obstante, na morfologia nominal recomendava até 2015 formas em -ám, -ao, -om (*anciao, camiom, capitám, irmao, leom*, etc.), porque na Galiza nom é necessário marcar a nasalização de umha vogal ou ditongo, e o uso das formas do artigo indefinido *umha, umhas* (e *algumha, nengumha...*); da preposição *per* e do pronome demonstrativo *o*, sugere as formas *polo, pola, polos, polas*; prescreve o numeral cardinal *dous* e o advérbio de negação *nom*. No tocante ao verbo, as divergências respeito do padrom luso-brasileiro som maiores.

b) A *Academia Galega da Língua Portuguesa* (AGLP), constitui-se oficialmente em Santiago de Compostela em 2008. Entre os académicos correspondentes procede mencionar os Professores Evanildo Bechara; João Malaca Casteleiro (1936-2020) e Carlos Reis, reconhecidas figuras no Brasil e Portugal.

c) A *Associação de Estudos Galegos* (AEG), novo organismo instituído nos inícios de 2016 e integrado, em larga medida, por antigos membros da Comissom Lingüística da AGAL. Nos poucos anos de existência tem publicado cinco livros, entre outros: *Comparativa dos Três Padrons: Galego, Luso, Brasileiro (I-V)* (2017), *Compêndio Atualizado das Normas Ortográficas e Morfológicas do Galego-Português da Galiza* (2017) e *Prontuário de Apelidos Galegos* (2019).

Como síntese das opções normativas do galego que hoje em dia continuam a conviver e a concorrer, podemos referir-nos a um artigo publicado recentemente no *Nós Diario* por Carlos Garrido, professor da Universidade de Vigo e Presidente da Comissom Lingüística da AEG, quem, nesta peça, intitulada «Aspetos essenciais do reintegracionismo escamoteados no discurso público» (quinta feira 11 de junho de 2020), fala, em relação à «adjacente variedade lusitana», de umha norma galega *secessionista* (a da RAG, promovida polo poder político), de um *reintegracionismo subordinacionista* (o que propugna a adoção na Galiza da variedade lusitana, sem maior adaptação) e de um *reintegracionismo coordenacionista* (o da Comissom Lingüística da AEG), que reconhece a existência de umha variedade galega autónoma, com os seus legítimos particularismos, mas solidária com as variedades lusitana e a brasileira. Nesta linha, Garrido conclui:

A distinção entre as duas opções reintegracionistas, ambas legítimas [...], também nom se deve escamotear porque, na Galiza hodierna, elas poderám desfrutar de diferente receividade social. A esse respeito, quer-nos parecer que, enfim, a opção preferida por Carvalho Calero, o reintegracionismo coordenacionista, se inserirá com maior facilidade nos esquemas de umha Galiza politicamente independente de Portugal, de marcado particularismo lingüístico e possuidora de umha tradição cultural e literária autónoma.

5. CONCLUSIONS

a) «Atender só a fenómenos lingüísticos particulares que potenciem a excessiva *atomização* de um idioma, embora seja interessante na linguagem o pólo da *variedade* [...] pom em grave perigo o pólo da *unidade*, garante da intercompreensão [...]». Cumpre sublinhar [...] que «os limites e fronteiras políticas, nom se correspondem *necessariamente*, com os limites e fronteiras *lingüísticas*» (Henríquez 1990: 753-754).

b) Os debates sobre a «orthographia» costumam ser constantes e frequentes na história das línguas históricas, porque é a que suporta e dá unidade a qualquer língua de cultura.

c) Apenas acrescentar que a divisom provincial tivo lugar no ano 1833 e que as três grandes línguas românicas da Península Ibérica (galego-português, castelhano e catalám-valenciano-balear) existem desde muitísimos séculos antes. Nom deixa de ser surrealista que os estudantes de Filologia Românica na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Santiago nos cursos académicos 1963-1964, 1964-1965 e 1965-1966, citássemos os dialetos românicos, segundo os postulados de Ramón Menéndez Pidal. Estes princípios da Lingüística Românica eram os que ensinávamos, quando exercíamos como «Profesora Adjunta Provisional de “Gramática histórica de la lengua española”» (curso académico 1966-1967) e Professora encarregada de curso com docência em «Gramática histórica de la lengua española» e «Dialectología Hispánica» (curso académico 1967-1968), onde sempre distinguíamos as três franxas na Península Ibérica. Um antigo aluno nosso, décadas mais tarde Professor Catedrático de Filologia Galego-Portuguesa da Universidade de Santiago, assim o constata:

Tenho indicado repetidas vezes um interesse preferencial, desde cedo, pola lingüística diacrónica, que nós, enquanto estudantes, tínhamos assimilado a partir de Menéndez Pidal para o espanhol (omnipresente desde o início das aulas, intensas e extensas, da Prof. Henríquez Salido) e, completado depois do meu concreto ponto de vista, com as leituras de Leite de Vasconcelos, ou de Edwin Williams e José Joaquim Nunes, para o caso do galego-português, representantes canónicos da chamada gramática histórica. (Rodríguez 2020: 61)

d) No que diz respeito da «Carta de las lenguas regionales o minoritarias en Galicia», cap. 8, apenas precisar: a CE de 1978 distingue entre «nacionalidades históricas» e «regiones». Lingüistas e sociolingüistas bascos, cataláns, galegos, valencianos e das Illes Balears usamos a denominação «línguas minorizadas» (I. Alonso Estravis, G. Bibiloni, J. Corbera, J. A. Cristóvão *et al.*, P. Fernández-Velho, M^a C. Henríquez, J. Inglès, A. Mollà, V. Pitardh, M. Pueyo, F. R. Bornaetxea, X. Vilar Trilho). Assim se pode verificar no livro, editado pola AGAL (1993):

Na Galiza [...] além de registrar-se umha baixíssima lealdade lingüística e existir também umha menor consciência nacional, a normativa fixada pola RAG e o ILG, e imposta por decreto [...] nom foi aceite formalmente nem por todos os escritores, nem por todos os professores, nem por todas as associaçons culturais, nem por todos os intelectuais, nem por amplos sectores do mundo da cultura. (Henríquez 1993: 102)

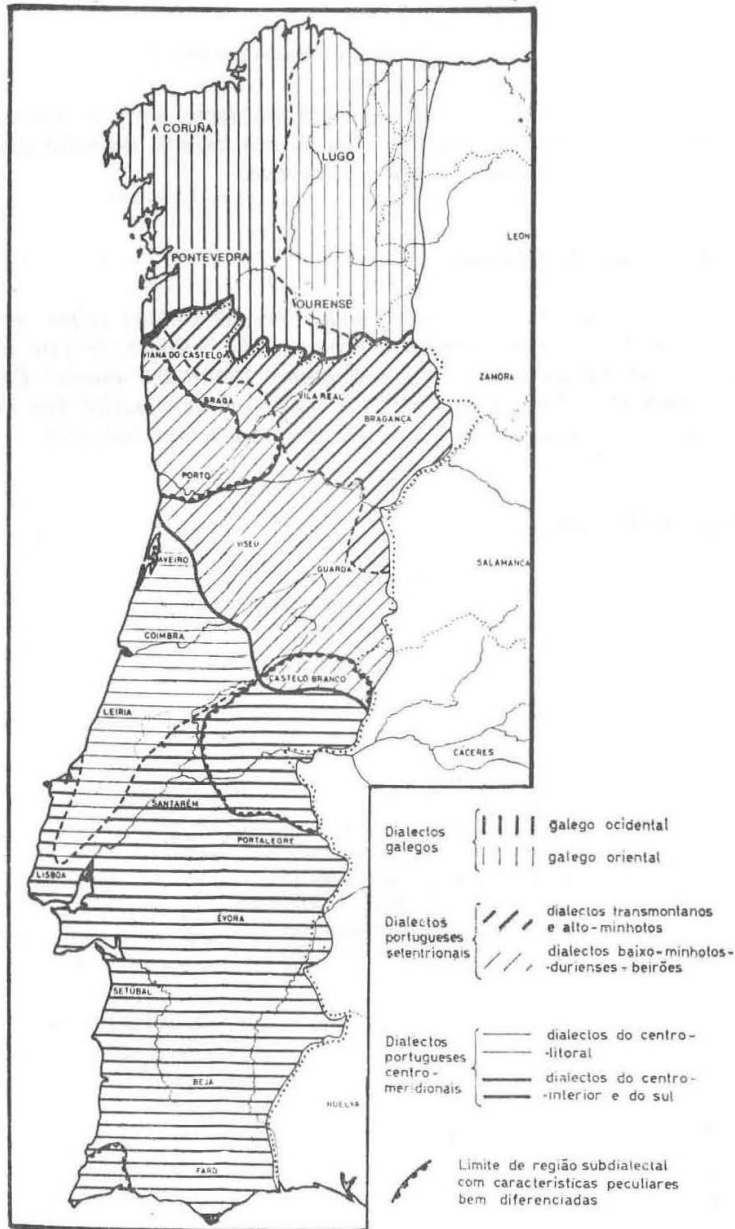
Sobre a «ortographia» só acrescentar que a Galiza se encontra no que Calvet (1987: 233) denominava a «guerre des écritures», «por existir umha intervençom directa e ofensiva do poder político e o académico que buscam impor, além da morfologia e do léxico, a grafia da língua dominante sobre a língua dominada».

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA (1993) *O uso das línguas na perspectiva da Europa Comunitária, Hizkuntzen erabilera Europar batasunari begina, L'ús de les llengües en la perspectiva de l'Europa Comunitària*, Henríquez (ed.), Corunha, AGAL.
- AZEVEDO FILHO, L. (1993) «O galego entre o português e o castelhano», *Actas do III Congresso Internacional da Língua Galego-portuguesa na Galiza*, Corunha, AGAL, p. 79-82.
- Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*, 1, p. 212-234.
- CALVET, J-L (1987) *La guerre des langues et les politiques linguistiques*, Paris, Payot.
- CARVALHO CALERO, R. (1981) *Problemas da Língua Galega*, Lisboa, Sá da Costa.
- (1983) *Da fala e da escrita*, Ourense, Galiza editora.
- (1990) «Bilingüismo e reintegracionismo nas cartas cruzadas entre Castela e Sánchez-Albornoz», *Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, Corunha, AGAL, p. 887-900.
- CASTELAO, A. (1961 [1ª ed. 1944]) *Sempre en Galiza*, Buenos Aires, «As Burgas».
- CHAVES DE MELO, G. (1990) «A terceira vertente», *Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, Corunha, AGAL, p. 59-67.
- COMISSOM LINGÜÍSTICA DA AGAL (1989 [1ª ed. 1983]) *Estudo crítico das «Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego» (I.L.G.-R.A.G.) 1982*, Corunha, AGAL.
- COROMINES, J. (1976) «Sobre a unificación ortográfica galego-portuguesa», *Grial*, 53, p. 277-282.
- COSERIU, E. (1990) «El gallego en la historia y en la actualidad», *Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, Corunha, AGAL, p. 793-800.
- (1993) «Novos rumos da semântica», *Actas do III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, Corunha, AGAL, p. 97-100.
- CUNHA, C. & L. F. LINDLEY CINTRA (1985) *Nova gramática do português contemporâneo*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- ELIA, S. (1986) «O galego-português matriz do mundo lingüístico lusobrasileiro», *Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, Corunha, AGAL, p. 185-196.
- GUERRA DA CAL, E. (1985) «Antelóquio indispensável» *Futuro Imemorial (Manual de velhice para principiantes)*, Lisboa, Sá da Costa, p. 5-13.
- HENRÍQUEZ SALIDO, M^a do C. (1984) «O reintegracionismo cultural e lingüístico galego-português», *Colectânea de Estudos em Homenagem a Rodrigues Lapa*, Câmara Municipal de Anadia, p. 21-35.
- (1986) «As gramáticas do galego», *Actas do I Congresso Internacional da língua Galego-Portuguesa na Galiza*, Corunha, AGAL, p. 443-467.

- (1990) «Línguas, territórios e dialectologia», *Actas do Terceiro Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Universidade de Coimbra, p. 743-754.
- (1993) «A língua e a gramática nas Irmandades da Fala: *A Nosa Terra* (1916-1920)», *Actas do III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, Corunha, AGAL, p. 443-467.
- (1996) «O “nosso” mestre Joan Coromines, um grande cientista e um grande patriota», *Agália*, 48, p. 411-416.
- (1999a) «*As fontes galego-portuguesas* no Dicionario crítico etimológico castellano e hispánico», J. Solà (ed.), *L'obra de Joan Coromines: cicle d'estudi i homenatge*, Barcelona, Fundació Caixa de Sabadell, p. 221-230.
- (1999b): «As ideias lingüísticas no Boletim *A Nosa Terra* (1921-1925)», M. Fernández, F. García & N. Vázquez (eds.), *Actas del I Congreso Internacional da la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*, Madrid, Arco Libros / Centro Ramón Piñeiro, p. 372-386.
- (2005) «Laudatio in honorem Eugênio Coseriu», J. G. Martínez del Castillo (ed.), *Eugenio Coseriu in memoriam*, Granada, Granada Lingvistica, Serie Collectae, p. 11-20.
- (2010) «Las ideas lingüísticas en la *Gramática* de Juan Antonio Saco y Arce», C. Assunção, G. Fernandes & M. Loureiro (eds.), *Ideias Lingüísticas na Península Ibérica*, Münster, Nodus Publikationen, p. 391-408.
- PENSADO, J. L. (1974) «Sobre el origen de la lengua gallega», *Opúsculos lingüísticos gallegos del siglo XVIII*, Vigo, Galaxia, p. 9-47.
- PINTOS, J. M. (1853) *A gaita gallega tocada polo gaiteiro* [...], Pontevedra, Imprenta de José y Primitivo Vilas.
- RODRIGUES LAPA, M. (1979) *Estudos Galego-Portugueses*, Lisboa, Sá da Costa.
- (1986) «Álvaro de las Casas e a reintegração lingüística galego-portuguesa», *Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, Corunha, AGAL, p. 265-269.
- RODRÍGUEZ, J. L. (2020) *José Luís Rodríguez, nos trilhos da língua*, Santiago de Compostela, Através Editora.
- SOLÀ, J., ed. (1999) *L'obra de Joan Coromines: cicle d'estudi i homenatge*, Barcelona, Fundació Caixa de Sabadell.
- SUEVOS, R. L. (1991) «Elóquio da razom práctica», *A nosa Terra. Ricardo Carvalho Calero. A razón da esperanza*, Vigo, Promocións Culturais Galegas, p. 27-30.
- VALADARES, M. (1970) *Elementos de gramática gallega*, Vigo, Galaxia.
- VIQUEIRA, J. V. (1917) «O galego na escola», *A Nosa Terra*, 30 de agosto de 1917.

ANEXO I*



(*) Mapa de Cunha & Lidley Cintra 1985.

ANEXO II*

SOBRE A UNIFICACIÓN ORTOGRÁFICA GALEGO-PORTUGUESA*

Vaia ante todo a miña felicitazón ao autor do artigo en prol da unificación ortográfica galego-portuguesa, publicado no número 51 de «Grial». ¹ Felicitazón entusiasta: eis a voz da razón, eis o que eu sempre penséi.

Aos meus amigos galegos e portugueses dixen sempre o mesmo, e é precisamente o que se diz nese artigo: o principal adianto a facer na dirección da unificación lingüística galego-portuguesa é no campo da unidade ortográfica. Dixen sempre isto aos amigos R. Piñeiro, Rodrigues Lapa, Martínez López, Costa Clavell, Xosé L. Pensado, e outros, que poden prestar testemuño. E este adianto é non só eminentemente desexábel, mas libre de toda obxeción seria; non só posíbel mas aínda fácil se existir boa vontade, habilidade e pericia na condazón do problema.

Nas outras cousas o movemento de freo, de entrave, marcado polo amigo Piñeiro, ² paréceme moito razoábel, verdadeiramente motivado, profundamente respetábel e digno de simpatía.

Quen isto escribe é un lingüista estranxeiro, mas sinceramente cheo de boa vontade para todas as línguas hispánicas, fondamente entusiasta e preocupado das cousas da Galiza. Catalán. Autor do *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana* e de moitas obras de lingüística romance. Non son un principiante nos traballos de filoloxía galega. No meu ensino na Universidade de Chicago dirixí algúns estudantes meus para os estudos de filoloxía galega (o Prof. Kelvin Parker, autor do Vocabulario clasificado da Crónica Troiana e outros libros máis recentes, foi e é meu alumno); no meu dicionario e nas outras obras miñas há moitas etimoloxías e disquisicións especiais sobre temas de lingua galega.

Non sei se estes tíduos serán suficientes para desculpar que tamén eu me atreva a manifestar o meu parecer sobre a cuestión. Tal vez todo isto non sexa da miña incumbencia. Tal vez non sería mesmo mui prudente que eu me meta moito nestes asuntos. Por outra parte, os meus deberes están do lado do *catalán*, a única lingua

(*) Texto de Joan Coromines publicado na revista *Grial*, 53, 1976, p. 277-282.

1. Xosé-Martiño MONTERO SANTALLA, *Unificación ortográfica galego-portuguesa*, en: *Grial* (Vigo), núm. 51 (xaneiro-marzo 1976), pp. 1-13.

2. Ramón PIÑEIRO, *Carta a don Manuel Rodrigues Lapa*, en: *Grial* (Vigo), núm. 42 (outubro-décembro 1973), pp. 389-402.

miña. O castelán e o galego-portugués son idiomas irmáns, que teño estudado profundamente; para o galego-portugués a miña *profunda* simpatía, para o castelán a desconfianza que merece unha língua que pretende *devorar* ás outras. Mas a miña *obligación* é unicamente para con o meu único idioma: o catalán.

Aliás, o exemplo do catalán e do basco pode e debe guiar ós galegos e portugueses no esforzo de unificazón. Os casteláns traballaron sempre no fomento das pequenas discrepanzas entre o uso literario do catalán de Valencia e de Mallorca e do catalán do Principado; entre os dialectos navarro, guipuzcoano e bizcaíno do basco literario. Foron sempre os partidarios máis ou menos secretos (ou faceiros) da mingua de vitalidade desas línguas os que pretenderon ser os defensores das singularidades locais —cando se trataba de Valencia, Mallorca ou Navarra, xamáis cando se trataba do catalán ou basco normáis! É sempre o medo da ameaza castelán o que actuou de freo ante os movementos de reacción contra as suicidas tendencias centrífugas no seo das línguas minoritarias.

Son lingüísta, son hispano; se, a tódoo de tal, algún consello meu (cheo de boa vontade!) pode resultar técnicamente útil para os galegos, sentiréime satisfeito. Se eu fose galego, tería escrito moito sobre todo iso; se fose portugués, non menos, e tería feito algunha cousa, tal vez eficaz, no mesmo sentido. É unicamente o feito de ser estranxeiro —inda que sexa un estranxeiro benévolo e simpatizante— que me privou de explicar as miñas ideas. Temo ser mirado con esplicábel desconfianza, ser quizáis menos útil que contraproducente.

Aínda con estes temores, permítome seguidamente algúns comentarios detallados das propostas expresadas en dito artigo. Espero que estes comentarios ao mesmo tempo demostrarán ao lector galego cánto, cuán profundamente, me intereséi sempre por estes asuntos. E concretaréi, referíndome especialmente aos puntos que o autor aborda nas partes 5-a e 5-b.

a) PROBLEMAS MERAMENTE GRÁFICOS

I e 2: LH e NH

Participo absolutamente na opinión de que se deben adoptar resoltamente as grafías *lh* e *nh*.

O problema de *unha*, *algunha*, *ningunha* é perfectamente solúvel no senso que o autor recomenda: abandonar o signo *nh* nestes casos, sen renunciar necesariamente a toda transcripción gráfica desa peculiaridade fonética galega. ¿Por qué non adoptar simplemente a grafía *umha*, *algumha*, *ningumha*? Non é de certo unha novidade.

Empregó una amiude o eminente, xamáis abondo ponderado e admirado, P. Martiño Sarmiento; é frecuente nos seus escritos galegos, e no seu *Catálogo de Voces Gallegas* (publicado por Pensado en 1973). É fácil encontrar *ducias* de testemuños da grafía *umha* en documentos locais galegos dos séculos XIV-XVIII. Por outra parte, con *umha* casi non se modifica a grafía da OGA; é un cambio levísimo, casi imperceptível. Así respéitase un rasgo propio, popular e distintivo do galego; e porén escríbese nunha forma non chocante para os irmáns portugueses e brasileiros: a diferenca con o port. *uma* é mínima.

4: *Emprego do trazo de unión*

Son bons os argumentos citados para facer aceptábel o trazo de unión nos pronomes: economizan acentos, facen máis racional a expresión gráfica da lingua. Poderíase engadir que niso coinciden tamén outras linguas romances, como o francés e o catalán: argumento moito secundario, sen dúbida, mas quizáis non enteiramente desprecíbel.

5: *Acentos*

A distinción gráfica entre *e, o* abertas e fechadas, por meio dos acentos (' ^), non é samente razoável: é unha esixencia *imperativa, elemental*, da esencia mesma da lingua galega. Absolutamente todos os gramáticos e filólogos galegos coincidiron sempre nese punto (xa Valladares, Sarmiento, etc.): é unha distinción fonemática básica da lingua. Confundir aí é nada menos que atentar ao feito máis básico da fonética galega: é desprezciar todas as esencias da lingua. O castelán é *a única* das linguas romances que non posúe esa distinción: a curiosa probeza fónica do cacarexado «idioma riquísimo!»

b) PROBLEMAS DE NATURALEZA GRÁFICO-FONÉTICA

1, 2, e 3: G, J, X; C, Ç, Z; SS

Estes puntos son evidentemente máis delicados, como o autor víu moito ben. Paréceme prudente a suxestión feita no punto 3: «non sería escesivamente grave que de momento se deixase neste punto unha certa liberdade no uso». Excelente atitude, que se podería facer extensiva aínda aos puntos 1 e 2 desta mesma sección. Sen transixir permanentemente, quede claro.

4: Grupo QU

Seguramente é nos puntos 4 e 5 desta sección onde unhas certas reservas galegas á completa identidade son máis consellábeis.

O punto 4, porén, non é grave. Non atenta seriamente á unidade o feito de que en unhas rexións do idioma se escriban *cando, catro, canto, calhar*, etc., as palabras que nas rexións maioritarias lemos como *quando, quatro, quanto, qualhar*.

Porén sería útil dicir: *quarenta mellor que coarenta* ou *corenta*; *quantía*, non *contía*. No fin de contas —asemade— *quarenta* soa casi igual que *coarenta*; *quantía* cuasi como *contía*. Recomendar también *quasi*, non *cuase* ou *case* (que deben ser consideradas como pronuncias populares, aceptábeis únicamente no uso folklórico, rústico ou poético da lingua). Entón escribir también *a qual* (non *a cual*), *quarzo, qualidade, quaternario, frequente*, etc.

Nunha palabra: manter a unidade con o portugués, aínda neste punto, nos casos en que o galego vacila entre *ca-* e *cua-* ou *co-*. Defender somente as voces fundamentáis: *cando, catro, canto* e casos tais.

5: Nasalidade

É éste o punto en que sería máis difícil chegar á identidade completa con o portugués. Eu inclinaríame a dar algún consello restrictivo da unificación neste único punto. Temo que, se se recomenda escribir *coração, razão, questão*, e mesmo *lã, campã, regiões, carbões*, pódese chocar con unha resistencia invencível. Tal vez sexa contraproducente a intransixencia aí. Con todo, guárdome de dar consellos resoltos e detallados neste punto: só unha assemblea de estudiosos e literatos galegos, depóis de un estudo frío, ponderado, prudente, poderá dar con unha solución viável.

Algunha suxerencia provisional, moito reservada, podería eu facer. ¿Por qué non limitarse a recomendar a adopción de *-m* final no lugar de *-n*? Isto é máis fácil, máis leve, pode triunfar máis lisamente. A diferencia entre *razón* e *razom*, *fin* e *fim*, *can* e *cam*, *en* e *em*, *bon* e *bom*, etc., é máis leve, encontraría moita menos resistencia; e as formas en *-m* terían xa un aspecto aceptábel para os portugueses e brasileiros: en fin de contas os portugueses mesmos escriberon *-om*, *-am*, etc., até o século pasado (ou até o XVIII en todo o caso). Para o pobo galego é indiferente *-m* ou *-n*: ao fin o que pronuncia non é nin unha dental nasal, nin unha labial: é velar, soa no fondo da boca.

En consonancia con isto, ao menos provisionalmente escribir *estaciom* ou *estaçom*, *naciom*, *regiom* (non *estação, nação*, etc.).

c) OUTRAS CUESTIÓNS

1: *I en vez de Y*

Deberíase decidir unha unificación inmediata no senso de *i*, xamáis *y*! É un adianto considerábel no terreno da unificación e con pouca resistencia popular.

2: *Duplicados; epéntesis*

Paréceme tamén importante que se adopten medidas unificadoras en outros asuntos non propia e estrictamente ortográficos. Por exemplo: tal vez se deba renunciar a certos duplicados coexistentes en galego, que dan a impresión dunha linguaxe vacilante, dialectal: de unha *fala*, máis que de unha *língua*. Por exemplo, o emprego de *i* diante de vogal, en lugar da conxunción *e*.

Xa que logo, deberáse escribir sempre *e ele*, non *i ele*, aínda admitindo que a pronuncia *y-ele* é lexítima, mas non literaria; non ensinável, únicamente tolerábel, sobretudo en estudos locais, folklóricos, ou en usos populares, ou líricos, da *língua*.

Da mesma maneira deberíase renunciar á apéntesis de vogal en casos como *adimirar*, *adimitir* e análogos, formas populares, tolerábeis quizá, mas non recomendábeis. Igualmente en formas como *a i-agua*, *a i-alma*, etc.

3: *Os cultismos*

En especial considero esencial chegar a unha pronta unificación con o uso portugués no caso dos vocábulos *cultos*. É éste un punto de importancia *capital*, para conferir ao galego ese sentimento de dignidade, esa conciencia de idioma culto, de rango civil, civilizado, supra-comarcal, en que tan acertadamente se insiste como esencial para a defensa da *língua* na conciencia cidadán dos galegos.

Por exemplo, nos *grupos* de consoantes dos cultismos. Felizmente o portugués neste punto non é tan cultista como o castelán ou o francés. (O catalán é diferente también: nós non temos dificultades no cultismo consonántico; este problema non existiu para nós). A conduta do portugués é de unha transacción moderada entre as dúas actitudes extremas. O meu consello resolto neste punto é que os galegos se atean decididamente ás solucións portuguesas.

Por exemplo: *efeito*, *defeito* sí, máis *efectivo*, *afectuoso*, *projecto*, *dialecto*, *trajecto*, *carácter*, *texto*, *textil*. Formas como *dialeuto*, *caráiter*, e aínda *efeitivo*, terán sempre un resaiño algo bárbaro para moitos. Poderemos aínda pronunciar *proxeito*, *produto*, máis o rango de idioma románico esixe ortografiar *projecto*, *producto*. Deberáse escribir non *eiscelente*, mas *excelente*, *exército*, *exercicio*; non *eisame*, mas *exame*, *examinar*.

Pronúnciese, se se quer, *eisame*: isto é secundario, perfectamente tolerável; mas escribir urbanamente!

Aconsellaría simplemente adoptar en todos os detalles as grafías portuguesas: *estender*, mas *extensión*, *extenso*; *existir* (xamáis *eisistir*); *substancia* (non importa o pronunciarse *sustancia*: nengunha obxeción); *setembro*, *estranho*, *escuro* (non os ultracultismos do castelán *septiembre*, *extraño*, *oscuro*!); *excremento*, *executar*, *exagerar* (non *esaxerar*); *nobre* sí, mas *ignóbil* ou polo menos *inóvel*; *digno*, ben que a pronuncia sexa, naturalmente, *dino*; *excursión*, *expoer*, *eximio*, etcétera.

En particular recomendaría eu que no caso do sufixo *-ável*, *-ível*, *-vel*, adopten sempre a forma portuguesa en *-el*, pois que esa mesma forma existe en galego nun bon número de casos. Lémbrome que o máis grande prosista que o galego moderno teve fasta agora —quero dicir naturalmente Castelao, un dos meus ídolos literarios!— sempre escribe as formas en *-vel* (ele tal vez con *-b*- gráfico nalgún caso, excepción que se podería eliminar): *favorável*, non *favorabre* nin *favorávele*; *posível*, non *posibre*, etc.

(NOTA: Podería ter escrito con ortografía unificada ou en portugués; non o fiz, para demostrar a miña atitude de absoluto respeito con as decisións que corresponden únicamente aos galegos. Podería tamén ter escrito en castelán, menos cansada para min, e evitaría os numerosos erros que sei que cometín con o galego. Máis o meu desexo é mostrar que a miña simpatía é para o galego, nunca para o castelán. O lector galego saberá disculpar eses erros.)

JOAN COROMINES
Barcelona

ANEXO III*

EL GALLEGO EN LA HISTORIA Y EN LA ACTUALIDAD

1. Como el principal problema actual del gallego es un problema práctico y de política cultural —el de un «gallego unificado» y de la función de éste en la Región Galicia—, se piensa comúnmente que hablar de la posición lingüística del gallego y de sus problemas implica que se deba «tomar partido» y **significa** «tomar partido». Ahora bien, es cierto que el de la constitución de una lengua común es también, y en primer lugar, un problema político y que la lengua de una comunidad, como primer rasgo individualizador de ésta, puede ser objeto de pasión política. Por ello, es justo que los gallegos que hablan o quieren hablar gallego (así como los que *no* quieren hacerlo) tomen partido; más aún: **deben** tomar partido, pues lo que está en juego es su individualidad histórica y cultural. Pero no cabe que tome partido el lingüista que examina objetivamente los problemas del gallego, incluso los problemas políticos (si es gallego, el lingüista tomará posición **como gallego**, no como lingüista «imparcial», aunque empleará, por supuesto, también argumentos lingüísticos como instrumentos de lucha política). Y, sobre todo, no cabe esperar del lingüista que confunda intencionalmente los problemas. Porque, en efecto, se trata de tres problemas diferentes.

a) el problema de la posición lingüística objetiva del gallego entre los idiomas peninsulares, *problema de lingüística*, en particular; de lingüística histórica;

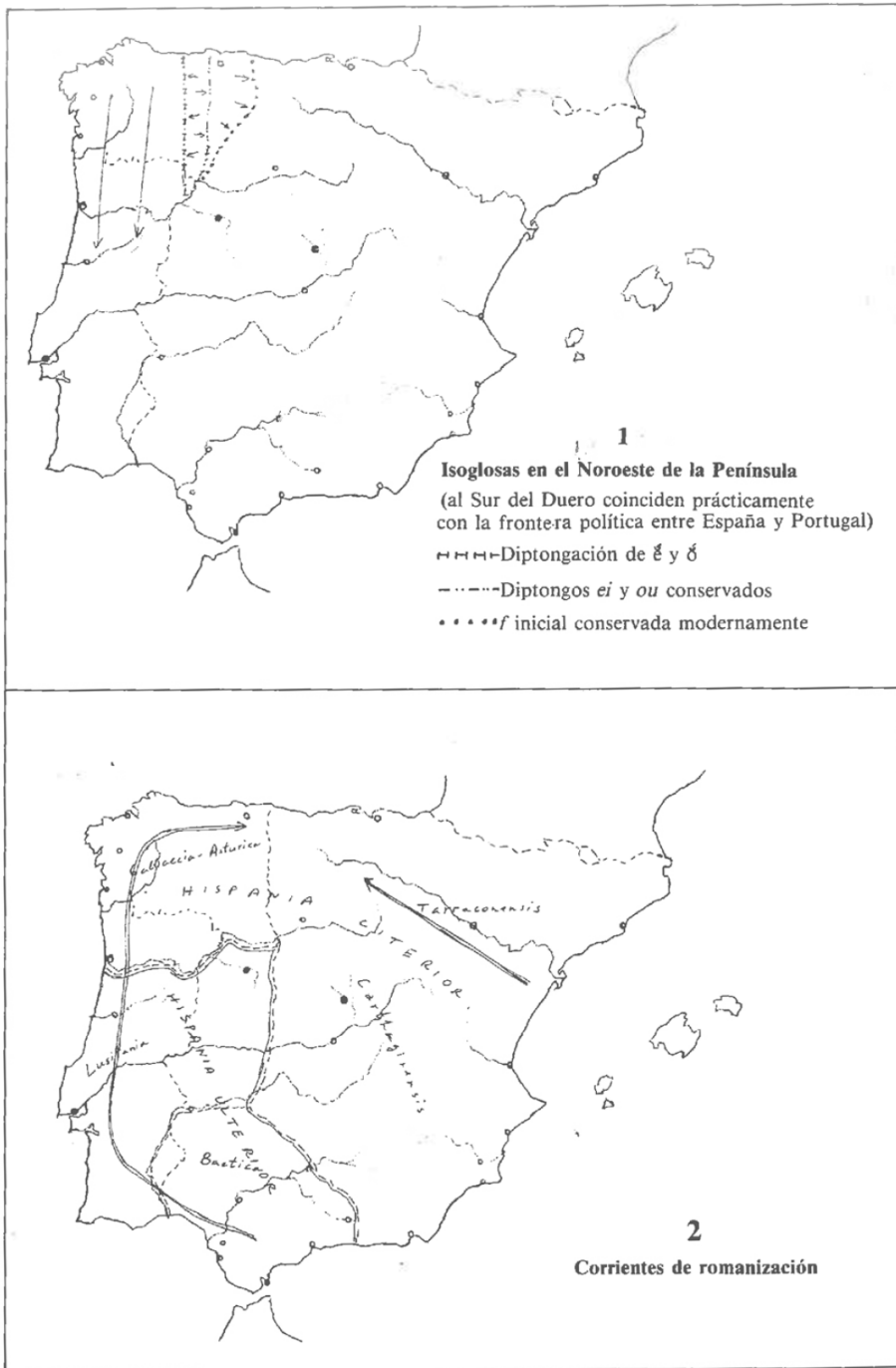
b) el problema de la función que ha de tener el gallego en Galicia, entre los gallego-hablantes o simplemente en esa región: *problema de política idiomática*;

c) el problema de cómo ha de ser el gallego, de la forma que conviene que asuma, sea cual sea la función que tenga: *problema de planificación lingüística*.

Aquí —sin querer intervenir en el debate político, que concierne sólo a los gallegos y, en cierto sentido, a los españoles y a los portugueses— nos ocuparemos sólo del primer problema, o sea, del problema histórico de la posición del gallego entre los idiomas de la Península Ibérica.

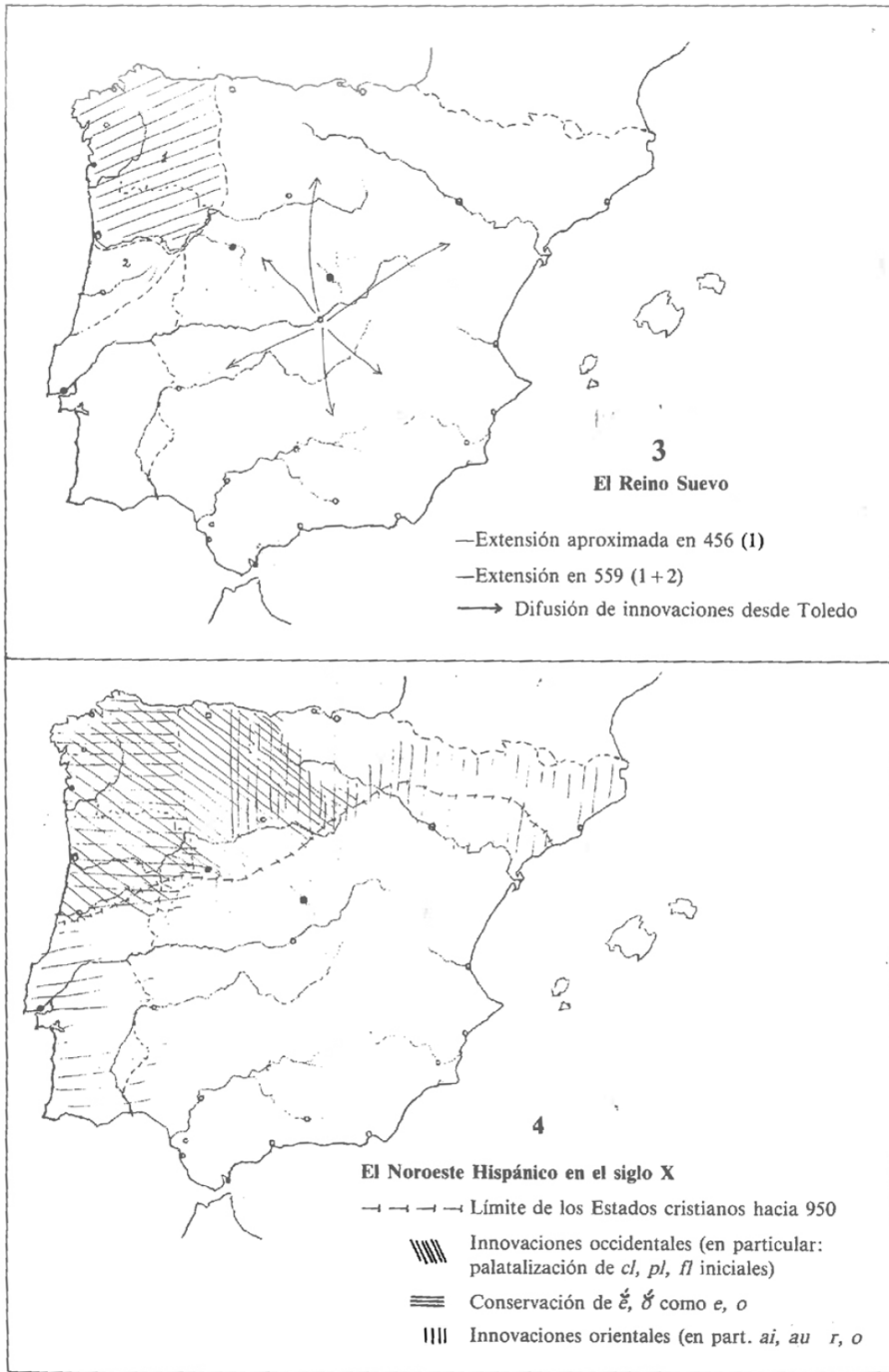
2. En lo que concierne a este problema, los romanistas e hispanistas están en general de acuerdo en que el gallego es una forma particular del conjunto dialectal *gallego-portugués*, en cuanto opuesto al conjunto dialectal *español* (no «castellano», sino: astur-leonés, castellano, en sus muchas formas, y navarro-aragonés) y al conjunto *catalán* (o *catalán-valenciano*), y, precisamente, en relación al español, una forma más cercana (y no sólo geográficamente) al astur-leonés y, más estrictamente,

(*) Comunicaçom de Eugenio Coseriu publicada nas *Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, 1990, p. 793-800.



al asturiano, que a los restantes dialectos españoles (véase, por ejemplo, el mapa «La Romania actual» en: W. von Wartburg, *La fragmentación lingüística de la Romania*, o el de las principales isoglosas hispánicas [«España dialectal»], en la *Gramática histórica* de R. Menéndez Pidal, (cf. *Mapa 1*). pero, con esto, el acuerdo casi se acaba. Ello, en muchos casos —y no sólo fuera de la Península Ibérica—, por desconocimiento de la posición efectiva del gallego; pero en más casos quizá, sobre todo en estos años, por actitudes que se refieren a nuestros problemas segundo y tercero. Esto último, claro está, muy en particular entre los «galleguistas» y en Galicia, donde los antagonismos se han venido polarizando, como es sabido, en torno a dos actitudes básicas, la de los «autonomistas» y la de los «lusitanistas». Los autonomistas, también llamados a veces, por sus adversarios, «castellanizantes», al abogar —en lo concerniente al tercer problema— por la autonomía del gallego, oponen el gallego al portugués literario y común y tienden a exagerar las diferencias con respecto a estas formas del portugués; así, destacan que fenómenos «gallegos» se extienden, a nivel dialectal, hasta Asturias y León, pero no que, en este mismo nivel, se extiendan también a todo el Norte de Portugal. Los «lusitanistas» señalan esto último, pero, al querer acercar el gallego cada vez más al portugués, le atribuyen también formas que en gallego —o, por lo menos, en el gallego actual— ya no tienen existencia real. Por lo mismo, los «autonomistas» atienden sobre todo al gallego actual y a sus tradiciones más recientes; los «lusitanistas», en cambio, atienden sobre todo al gallego histórico, más cercano al portugués. Frente a esto, sería ingenuo querer adoptar una actitud de compromiso y decir que, como con frecuencia ocurre, la razón está en el medio. Convendrá más bien tratar de establecer históricamente la naturaleza de la relación entre el gallego y el portugués y preguntarse a partir de qué época y en qué sentido se puede hablar de **gallego**, de **gallego-portugués** y de un **gallego opuesto al portugués**.

3.1. Con respecto a la época romana más antigua, desde el desembarco de los Escipiones en Ampurias, en 218 a. C., y hasta la reforma administrativa de Caracalla, en 216 d. C., no sólo no cabe hablar de una unidad galaica, sino que no hay siquiera señales del delinearse de una unidad precursora de ésta en el latín de Hispania. Lo que se está delineando en esta época son dos unidades que no coinciden con ninguna de las lenguas actuales de la Península Ibérica, a saber, una unidad correspondiente a la corriente de romanización que parte de la Tarraconense en dirección noroeste y una unidad correspondiente a la corriente de romanización que, partiendo de la Bética, se dirige hacia la costa atlántica y, siguiendo a lo largo de esta costa, llega hasta las actuales Galicia y Asturias; es decir que, si esto hubiese seguido en el mismo sentido, hoy tendríamos, probablemente, en Hispania dos lenguas románicas: una para gran parte de la Hispania Citerior, otra para la Hispania Ulterior y la parte occidental de la Citerior (cf. *Mapa 2*).



Hacia una unidad, si no propiamente galaica, por lo menos con el centro en Galicia, se tiende, de algún modo, con la creación de Gallaecia Asturica en el marco de la reforma de Caracalla y, más aún, con el reino suevo en Galicia, en el Siglo v (cf. *Mapa 3*). Pero la unificación de Hispania bajo los visigodos interrumpe el desarrollo en este sentido y lo que ahora se perfila como posible es más bien una sola lengua románica para toda la Península, con el foco de irradiación de las innovaciones en el centro de la misma. Poco después, la invasión árabe interrumpe también este desarrollo, mucho antes de que las innovaciones partidas desde el centro pudiesen difundirse por toda la Península y antes de que una eventual norma toledana pudiese imponerse, también como norma de conservación, a los centros innovadores de Gallaecia y de la Tarraconense. De suerte que, ahora sí, puede hablarse ya del perfilarse de una unidad gallega (o, quizás, galaico-asturiana), sobre todo con la creación del reino de Asturias, que muy pronto engloba a Galicia.

De aquí en adelante, la historia política y, por ende, lingüística de la Península está determinada, bien se sabe, por la Reconquista. Lo que en lo lingüístico se está perfilando como posibilidad son una serie de lenguas en el Norte (una para cada uno de los reinos que van surgiendo) y otra lengua más en la Hispania árabe (siempre que no la reemplacen las lenguas que, con la Reconquista y la repoblación, se difunden desde el Norte). Y una de estas lenguas que se están delineando en el Norte podría ya llamarse «gallego», por tener su centro precisamente en Galicia (cf. *Mapa 4*). Por lo que puede deducirse de la fonética histórica, es un dialecto ante todo conservador, en particular, en comparación con el castellano, pero en parte también frente al catalán. Así, frente a cast. *barina, mujer, ojo, enero, pez, lomo, pie, puerta, dinero, oro, ocho* (es decir, a las formas que el castellano tenía en aquel entonces y que éstas continúan), presenta las formas más antiguas; *farin'a, mul'er, ol'o, zaneiro, peise, lombo, pe, porta, din'eiro, ouro, oito*. Pero —y es lo que más importa— presenta también una serie de innovaciones que lo caracterizan; así, la reducción de *m'n* a *m* (*hominem* > *omne* > *ome*), la caída de *n* y *l* intervocálicas (*luna* > *lua*, *palu* > *pau*) y la transformación de los grupos *pl, fl, cl* iniciales en č (por ej., čuvia, «lluvia»; čama, «llama»).

3.2. No es difícil advertir que todos estos fenómenos, tanto los de conservación como los de innovación, caracterizan también al portugués, que no existe todavía como tal. Podríamos, por consiguiente, hablar de una lengua «gallego-portuguesa», y no sin razón geográfica, ya que el dialecto en cuestión abarca también las tierras entre el Miño y el Duero, o sea, lo que más tarde sería el Condado de Portugal. Por otra parte, sin embargo, las conservaciones que oponen esta lengua al castellano, al catalán o a ambos dialectos son propias también del asturiano, por lo menos, del

asturiano occidental, y —lo que, otra vez, es más importante— también algunas de sus innovaciones se extienden a ese mismo asturiano occidental. De acuerdo con el criterio adoptado con respecto a las lenguas que «se están delineando», deberíamos, por lo tanto, decir que —como en la época anterior— se está perfilando **una lengua «galaico-asturiana»** con el centro en Galicia; tanto más, en cuanto una unidad política «Portugal» todavía no existe.

3.3. Ahora bien, precisamente en este momento, en que la lengua «galaico-asturiana» no es todavía tal y en que la unidad gallego-portuguesa es un hecho lingüístico real, pero es todavía simplemente unidad gallega, sobreviene la ruptura entre el gallego de la nueva Galicia y aquella parte del mismo gallego que se convertiría en «portugués»: Alfonso VI crea en 1093, **dentro de Galicia**, el Condado de Portugal, que en 1128 logrará su independencia y en 1130 se transformará en reino. Y, con ello, empieza también la diferenciación entre el gallego «común» que se continúa en la Galicia reducida y el «neo-gallego» que pronto será «portugués». Frente a la orientación político-lingüística anterior hacia el Este y hacia el Sur, la nueva unidad política, y con ella su lengua, se orientan —y con más decisión— sólo hacia el Sur. La capital del Estado se traslada de Guimarães a Braga, de Braga a Coímbra, después a Santarém y a mediados del Siglo XIII a Lisboa, la gran ciudad mozárabe reconquistada ya en 1147. Y la lengua gallega se transforma en contacto con el mozárabe de estas mismas regiones y se torna, también «oficialmente», **lengua portuguesa**. El viejo gallego, en cambio, queda aislado en el Norte y queda también prácticamente detenido en su desarrollo. De todos modos, las innovaciones más recientes que se difunden en una u otra dirección pueden ahora detenerse en la frontera política del Miño, que llega por tanto a ser también frontera lingüística. Además, después de un breve florecimiento literario, el gallego se continúa sólo en el nivel dialectal, con la carencia de norma común que esto implica, mientras que el portugués, asumiendo como propia también la tradición del gallego de la poesía «galaico-portuguesa», se desarrolla a la vez como lengua común y literaria.

3.4. No hay duda, pues, de que el gallego es la base del portugués. Éste no es sino «gallego modificado por los mozárabes», o, como quieren algunos, «mozárabe modificado por los gallegos», aunque esto último sea menos aceptable, dada la gran unidad entre el Norte de Portugal y Galicia y dado que todo lo esencial, en la fonética y en la gramática, había ocurrido ya antes de esta época en la base del portugués. Lo cierto nos parece sólo que la gran ciudad mozárabe de Lisboa, conquistada en época tan temprana, debe de haber ejercido sobre el portugués naciente una influencia mucho

más importante que la que pudieron ejercer sobre el castellano las grandes ciudades del Guadalquivir conquistadas un siglo más tarde, cuando el castellano tenía ya más de un siglo y medio de vida toledana y en el Sur el mozárabe se había reducido a una existencia muy precaria.

4.1. Más bien cabe preguntarse si las innovaciones ulteriores, por ambas partes, son tantas y tales que puedan justificar que se hable de una separación efectiva entre los dos idiomas. Esto no parece ser así, sobre todo si se compara el gallego (y **todo** el gallego, no sólo un gallego unificado) con el **portugués popular y dialectal**, no con el portugués «normativo».

Entre las innovaciones portuguesas en la fonética se citan:

- la transformación de *č* en *š* (así, *čover* > *šover*, escrito *chover*) y
- la de *ś*, *ź* en *s*, *z* (en palabras como *saber*, *passar*, *casa*),
- así como hechos más tardíos, casi sólo de distribución fonemática o de realización fónica y que no afectan al sistema funcional: el cambio de *o* final en *u*, la velarización de *l*, la realización de *s* implosiva como *š*, la reducción de las vocales átonas, la reducción del diptongo *ou* a *o*.

Y del lado del gallego se señalan:

- el ensordecimiento de las sibilantes sonoras (*ž*, *ź*, *z* > *š*, *ś*, *s*),
- la pérdida de las vocales nasales (*irmáns*, *irmaos* frente a *irmãos*; *razón* frente a *razão*),
- la confusión de *b* y *v*,
- la reducción de *qua* a *ca* (*cando*, *catro*).

4.2. Ahora bien, de estos fenómenos, si nos limitamos a los principales, sólo el **ensordecimiento de las sibilantes** es exclusivo del gallego: su límite hacia el Sur coincide con la frontera política. La pérdida de la nasalidad caracteriza, sin duda, al gallego, pero se encuentra esporádicamente también en Portugal (y, al revés, la nasalidad se presenta, aunque en medida mínima, también en Galicia). En otros casos, hay continuidad entre Galicia y **todo el Norte de Portugal**, a veces casi hasta el Tajo; y, ello, tanto en el caso de las conservaciones (correspondientes a innovaciones «portuguesas») como en el caso de las innovaciones gallegas (correspondientes a conservaciones «portuguesas»). Así, *ś* se mantiene también en el Norte de Portugal, en una parte de la antigua Galicia meridional (y, precisamente, al lado de *ź*, puesto que no ha habido desonorización); *č* se mantiene en todo el Norte (Viana do Castelo, Bragança, Porto, Viseu) y se encuentra incluso en el Brasil; el diptongo *ou* llega casi hasta Lisboa; y de las innovaciones, la confusión de *b* y *v* llega hasta Coímbra. En varios casos, como

el de la reducción de las vocales átonas o el de la pronunciación de la *s* implosiva, la fonética gallego-portuguesa más antigua **se conserva también en el Brasil**, de suerte que, si se separase el portugués del gallego, habría que separarlo también del brasileño.

4.3. Tampoco son muy importantes las divergencias en la gramática. Entre las innovaciones portuguesas se señalan:

- los plurales del tipo *animais* (frente a varias formas, entre ellas también *animais*, en gallego) y *cães* (gall. *cans*),
- el cambio de la desinencia *-des* en *-is* (*cantades* > *cantais*),
- la acentuación esdrújula de las dos primeras personas del plural del imperfecto (*cantávamos* frente a *cantabamos*),
- la confluencia de *te* y *tibi* en *te* (frente a gall. *te, če*),
- la supresión de las contracciones en casos como *tódolos* > *todos os, comelo pão* > *comer o pão*.

Y entre las gallegas:

- la desinencia *-o* de la 3ª persona de los pretéritos fuertes (*dišo*, frente a port. *disse*),
- la 1ª pers. sing. en *-n* en los pretéritos de la 2ª y 3ª conjugación (por ej. *comín* frente a *comí*),
- ti* por *tu*,
- formas como *tivečes, tivécedes* en las 2ªs personas del pretérito,
- la no-inclusión del objeto pronominal entre la forma de infinitivo y el auxiliar en el futuro y el condicional (*direi-l'e* frente a *dir-lhe-ei*).

Se observará que en las innovaciones portuguesas se trata en varios casos sólo de regularización y fijación de formas y que algunas no han llegado a generalizarse (así, los tipos arcaicos *tódolos, comé-lo pão* se encuentran en la lengua popular de gran parte de Portugal), y varias de las innovaciones gallegas no son generales en gallego (así *ti* por *tu* y las formas *tivečes, tivécedes*). Otras innovaciones gallegas se encuentran también en el portugués dialectal o en el Brasil (así *direi-lhe*); y en el caso del acento «latino» de gall. *cantabamos*, no puede excluirse que se trate de un hecho secundario: en efecto, el gallego acentúa *erámos, erádes*, pero *fišéramos, fišérades*.

Incluso la variación diatópica del gallego coincide a veces con la del portugués. Así, el «seseo» dialectal en el Norte de Portugal, es propio también del gallego occidental; la *i* «antihiática» (en casos como *a minha-i-alma*) tiene amplia difusión regional en ambos idiomas; y también en gallego las perífrasis del tipo de port. *estou a fazer* alternan regionalmente con las del tipo de port. *estou fazendo*.

4.4. En el léxico, por cierto, las diferencias son a veces sensibles, pero, en rigor, no son mayores que entre el portugués de Portugal y el portugués popular del Brasil. Lo que distingue la relación entre el portugués y el gallego de la relación entre el portugués y el brasileño es que el gallego no tiene un léxico común unificado, que en muchos casos el gallego carece de formas propias por carecer de una tradición en el nivel «culto» y que entre el portugués de Portugal y el brasileño siempre ha habido y sigue habiendo intercomunicación, lo que no se ha dado y no se da entre el portugués y el gallego.

5.1. Con todo, o sea, a pesar de que durante siglos no ha habido contactos efectivos, el gallego y el portugués siguen perteneciendo al mismo conjunto, al mismo *continuum* lingüístico. La separación puede, sin duda, establecerse en el plano de la lengua común (que para el gallego, en parte, se está todavía elaborando), pero no a nivel popular y dialectal, de suerte que, para la lingüística histórica, sigue teniendo plena vigencia la denominación compuesta «**gallego-portugués**» creada, según parece, por lingüistas alemanes.

5.2. Claro que esto no significa que el gallego sea «portugués»; significa más bien lo contrario: es el portugués el que es «gallego». Históricamente, el portugués es el gallego de la Reconquista y es hasta hoy, en todas sus formas, la continuación de ese gallego. Esto vale también para el portugués literario y común en su relación con el gallego literario medieval, pues la tradición de este gallego ha sido adoptada y continuada por la lengua literaria portuguesa. Se trata, por tanto, del caso, bastante raro en la historia de las lenguas, de una lengua que, precisamente en la forma que se difunde y se constituye en lengua común y gran lengua de cultura, **se llama con otro nombre**: ya no gallego, sino portugués. Es un caso análogo al del holandés literario y común, que, en sus orígenes, es una forma del bajo alemán; sólo que la base común del gallego y del portugués era un idioma mucho más unitario que el conjunto de dialectos bajo-alemanes y que, debido también a diferencias cuantitativas, nadie considera el bajo alemán como «forma del holandés».

Prof. Dr. Eugénio Coseriu
Universität Tübingen
Romanisches Seminar
Wilhelmstrasse, 50
D. 5400 - TÜBINGEN, 1 (ALEMANHA)